



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 122/123

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 14 DE OUTUBRO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mario Roque - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Mauro Moraes - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIOS

DIÁRIO Nº 122

116ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	03
Presenças	03
Abertura da Sessão	04
Expediente:	
Ofícios.....	04
Indicações	04
Requerimentos	04
Projetos de Lei	14
Pequeno Expediente:	
Dep. Elton Welter.....	17
Dep. Mario Roque.....	18
Dep. Plauto Miró.....	18
Dep. Chico Noroeste.....	19
Dep. Cleiton Kielse.....	20
Dep. Antonio Belinati	22
Grande Expediente:	
Dep. Chico Noroeste.....	19
Dep. Jocelito Canto.....	24
Horário das Lideranças:	
Liderança do Governo	
Dep. Cleiton Kielse	21
Liderança do PP	
Dep. Antonio Belinati	23
Liderança do PT	
Dep. Pedro Ivo	26
Liderança do PMDB	
Dep. Luiz Eduardo Cheida.....	27
Liderança do Bloco PSB/PRB/PV	
Dep. Pastor Edson Praczyk	28
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	29
Discussão/Votação	
Redação Final.....	30
2ª Discussão	30
1ª Discussão	30
Requerimentos	32
Encerramento da Sessão.....	34

DIÁRIO Nº 123

117ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	35
Presenças.....	35
Abertura da Sessão	35
Expediente:	
Requerimentos	36
Pequeno Expediente:	
Dep. Tadeu Veneri	36
Dep. Professor Lemos	38
Dep. Antonio Belinati.....	39
Horário das Lideranças:	
Liderança do PT	
Dep. Tadeu Veneri	37
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	39
Discussão/Votação	
Redação Final	39
3ª Discussão	40
2ª Discussão	40
1ª Discussão	40
Encerramento da Sessão	41
Publicações:	
Comissão de Constituição e Justiça	
Extrato	41

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 122

116ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....03

Presenças.....03

Abertura da Sessão04

Expediente:

Ofícios04

Indicações04

Requerimentos04

Projetos de Lei.....14

Pequeno Expediente:

Dep. Elton Welter17

Dep. Mario Roque18

Dep. Plauto Miró18

Dep. Chico Noroeste19

Dep. Cleiton Kielse20

Dep. Antonio Belinati.....22

Grande Expediente:

Dep. Chico Noroeste19

Dep. Jocelito Canto 24

Horário das Lideranças:

Liderança do Governo

Dep. Cleiton Kielse 21

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 23

Liderança do PT

Dep. Pedro Ivo..... 26

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Eduardo Cheida 27

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Pastor Edson Praczyk 28

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 29

Discussão/Votação

Redação Final..... 30

2ª Discussão 30

1ª Discussão 30

Requerimentos..... 32

Encerramento da Sessão 34

DIÁRIO Nº 122

116ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 116ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2009

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Durval Amaral, secretariado pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin e pelo Sr. Deputado Fernando Scanavaca.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Mario Roque, Mauro Moraes, Neivo Beraldin, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (41).

Ausentes os Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Ademir Bier, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Miltinho Pupio e Nereu Moura (10).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Luiz Nishimori e a Sra. Deputada Beti Pavin (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Durval Amaral**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº CEE/CC 3354/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Tadeu Veneri, que solicita esclarecimento sobre o valor das indenizações a ser paga aos atingidos pela represa da Usina Hidrelétrica Mauá. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 904/09

SÚMULA:

Solicita ao Governador do Estado a ampliação do quadro clínico do SAS na região administrativa da AMUNPAR, Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná, com sede na Cidade de Paranavaí.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado, o Sr. Roberto Requião:

O Deputado Luiz Accorsi, no uso de suas atribuições regimentais requer, após aprovado do douto Plenário o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, solicitando a ampliação do quadro clínico do SAS na região administrativa da AMUNPAR, Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná, com sede na Cidade de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O Deputado Luiz Accorsi apresenta a indicação em tela, para atendimento e pleito formulado pela APP, Associação dos Professores do Paraná, Núcleo Sindical de Paranavaí.

Documento firmado pela diretoria da entidade, dá conta da precariedade dos serviços de atendimento médico de obrigação do Estado. O quadro de clínicos é insuficiente para atender a demanda do atendimento aos servidores públicos domiciliados na região polarizada pela Cidade de Paranavaí.

Os nossos funcionários públicos se obrigam a se deslocar para a Cidade de Paranavaí na busca da atenção médica, quando não, pagando por consultas na rede particular.

Sugere o documento ainda, a ampliação do quadro na Cidade de Loanda, situada a uma distância de 80 quilômetros de Paranavaí e já constituída como cidade-polo das comunidades dela própria, mais Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Mônica, Santa Isabel do Ivaí, Planaltina do Paraná, Porto Rico, São Pedro do Paraná, Marilena, Nova Londrina.

Dispõe finalmente o Núcleo Sindical da APP, região de Paranavaí, que já aconteceram reuniões com representantes da Secretaria requerida, nas quais se aventaram às possibilidades de atendimento ao pleito em tela.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 5039

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso e suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final do Projeto de Lei nº 448/09, item 04 da Ordem do Dia, não sofreu emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) FERNANDO SCANAVACA

REQUERIMENTO Nº 5036

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso e suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 15 de outubro (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) FERNANDO SCANAVACA

REQUERIMENTO Nº 5029

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso e suas atribuições legais e regimentais, REQUER, justificativa de ausência na Sessão do dia 07 do mês corrente, devido a compromissos inerentes a condição de presidente da Comissão de Saúde, conforme previsto no Regimento desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO N° 5043

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso e suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, justificativa de ausência nas Sessões realizadas no dia 07/10/09, em virtude das comemorações do Sesquicentenário da Comarca de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 5044

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a reserva do Plenário da Assembleia Legislativa do Paraná para o dia 20/11/09 (sexta-feira), às 18h para realização de Sessão Solene Orirerê - Cabeças Iluminadas em celebração àqueles que fazem e fizeram a arte e a cultura afro-brasileira no Estado do Paraná.

A Sessão Solene é uma proposição do meu mandato e da Comissão de Educação e Cultura da Assembleia, a qual sou presidente. A realização do evento também conta com a parceria do Centro Cultural Humaitá e do Festival Paranaense do Samba. Na ocasião serão homenageadas personalidades de diversos segmentos da comunidade afro-brasileira.

Requer também a disponibilidade de:

- equipamentos de multimídia para apresentação dos trabalhos e projeção de imagens;
- serviços de fotografia;
- confecção de convites;
- confecção de certificados de Menção Honrosa.

na oportunidade, renovo protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) PÉRICLES DE MELLO

REQUERIMENTO N° 5026

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso e suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Diva Walbach Tizzot

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

As comunidades parnanguara e curitibana lamentam o falecimento da Sra. Diva Walbach Tizzot, ocorrido aos 5 dias do mês de outubro deste ano de 2009. Viúva do renomado médico Cícero Tizzot, dona Diva deixa entristecidos os filhos Rogério e Rosane, mais os netos Thiago, Renata, Frederico, Saul e Carolina, além dos bisnetos Felipe e Miguel. Genitora do nosso Secretário de Estado dos Transportes, o engenheiro Rogério Tizzot, dona Diva cumpriu com dignidade a altivez, a sua jornada neste planeta, sendo chamada de volta ao Criador, aos 83 anos de idade.

Esta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná cumpre o dever de registrar este voto de pesar em seus Anais, pelo desaparecimento de tão ilustre concidadã.

Que, da decisão, se dê ciência à família enlutada, através de ofício a ser encaminhado ao Dr. Rogério Tizzot.

REQUERIMENTO N° 4981

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso e suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de congratulações ao progressista Município de Sarandi, que está comemorando na data de hoje, 28 anos de suas criação.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) DR. BATISTA

REQUERIMENTO N° 5041

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Lei, REQUER à Mesa seja expedido voto de congratulações à Major Audilene Rosa de Paula Dias Rocha, Comandante do 4° Batalhão de Polícia Militar de Maringá, que assumiu esse cargo de comando em 05/10/09.

Com 44 anos de idade e 21 de profissão, a Major Audilene Rosa de Paula Dias Rocha assumiu em 05/10/09 o cargo temporário de Comandante do 4° Batalhão de Polícia Militar.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO N° 5042

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Lei, REQUER à Mesa seja oficiado ao Prefeito de Sarandi, Exmo. Sr. Milton Aparecido Martini, e ao Presidente da Câmara Municipal, Exmo. Sr. Cilas Souza Moraes, enviando ao mesmo voto de congratulações pela comemoração dos 28 anos do Município.

O Município foi emancipado em 1981 e apresentou os maiores índices de crescimento populacional do Paraná nos últimos anos, apresentando índice em torno de 5% ano. Hoje, com 80 mil habitantes, Sarandi responde por 16% do bolo populacional da região de Maringá.

A comunidade sarandiense merecem o reconhecimento deste Parlamento, em razão de mais esse aniversário.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO N° 4963

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosa-

mente REQUERER votos de louvor ao Sr. Raimundo Nonato de Siqueira, membro do Conselho Consultivo eleito a SIDEPOL-PR (Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná), pela eleição da Diretoria da SIDEPOL-PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Raimundo Nonato de Siqueira acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 4964

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Rodrigo Brown de Oliveira, membro do Conselho Consultivo eleito a SIDEPOL-PR (Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná), pela eleição da Diretoria da SIDEPOL-PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Rodrigo Brown de Oliveira acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 4965

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor a Sra. Selma Regina Lorega Braga de Moraes, membro do Conselho Consultivo eleita a SIDEPOL-PR (Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná), pela eleição da Diretoria da SIDEPOL-PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar a Sra. Selma Regina Lorega Braga de Moraes acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 4966

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor a Sra. Thaiz Fernanda Corona, membro do Conselho Consultivo eleita a SIDEPOL-PR (Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná), pela eleição da Diretoria da SIDEPOL-PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar a Sra. Thaiz Fernanda Corona acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 4967

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Raimundo Nonato de Siqueira, membro do Conselho Consultivo eleito a SIDEPOL-PR (Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná), pela eleição da Diretoria da SIDEPOL-PR biênio 2009/2011.

mente REQUERER votos de louvor ao Sr. Maurílio Alves, Diretor de Mobilização Estratégica eleito, do Conselho Diretor da SIDEPOL-PR (Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná), pela eleição da Diretoria da SIDEPOL-PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Maurílio Alves acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 4968

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor a Sra. Aline Manzatto, Diretora de Estatística e Avaliação Econômico-financeira eleita, do Conselho Diretor da SIDEPOL-PR (Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná), pela eleição da Diretoria da SIDEPOL-PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar a Sra. Aline Manzatto acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 4969

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Alexandre Macorin de Lima, membro do Conselho Fiscal da SIDEPOL-PR (Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná), pela eleição da Diretoria da SIDEPOL-PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Alexandre Macorin de Lima acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 4970

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Marcos Vinicius Ferreira Amaro, membro do Conselho Consultivo eleito a SIDEPOL-PR (Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná), pela eleição da Diretoria da SIDEPOL-PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Marcos Vinicius Ferreira Amaro acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 4971

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Raimundo Nonato de Siqueira, membro do Conselho Consultivo eleito a SIDEPOL-PR (Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná), pela eleição da Diretoria da SIDEPOL-PR biênio 2009/2011.

mente REQUERER votos de louvor ao Sr. Sérgio Luiz Barroso, membro do Conselho Consultivo eleito a SIDEPOL-PR (Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná), pela eleição da Diretoria da SIDEPOL-PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Sérgio Luiz Barroso acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 4972

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Algacir Antônio Ramos, membro do Conselho Consultivo eleito a SIDEPOL-PR (Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná), pela eleição da Diretoria da SIDEPOL-PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Algacir Antônio Ramos acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 4973

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Jairo Amódio Estorilio, membro do Conselho Consultivo eleito a SIDEPOL-PR (Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná), pela eleição da Diretoria da SIDEPOL-PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Jairo Amódio Estorilio acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 4974

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. José Antonio Zuba de Oliva, Diretor de Comunicação Social eleito, do Conselho Diretor da SIDEPOL-PR (Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná), pela eleição da Diretoria da SIDEPOL-PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. José Antonio Zuba de Oliva acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 4975

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. José Sudário

da Silva, Diretor de Relações Intersindiciais eleito, do Conselho Diretor da SIDEPOL-PR (Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná), pela eleição da Diretoria da SIDEPOL-PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. José Sudário da Silva acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 4976

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Adilson Ricardo da Silva, Diretor Jurídico eleito, do Conselho Diretor da SIDEPOL-PR (Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná), pela eleição da Diretoria da SIDEPOL-PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Adilson Ricardo da Silva acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 4977

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. José Aparecido Jacovós, Tesoureiro eleito, do Conselho Diretor da SIDEPOL-PR (Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná), pela eleição da Diretoria da SIDEPOL-PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. José Aparecido Jacovós acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 4978

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor a Sivanei de Almeida Gomes, Secretário eleito, do Conselho Diretor da SIDEPOL-PR (Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná), pela eleição da Diretoria da SIDEPOL-PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar a Sivanei de Almeida Gomes acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 4979

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor a Sra. Marítza Maira Haisi, Vice-Presidente eleita, do Conselho Diretor da

SIDEPOL-PR (Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná), pela eleição da Diretoria da SIDEPOL-PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar a Sra. Maríztza Maira Haisi acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 4980

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Vinícius Augustus de Carvalho, Presidente eleito, do Conselho Diretor da SIDEPOL-PR (Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná), pela eleição da Diretoria da SIDEPOL-PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Vinícius Augustus de Carvalho acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 4982

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Luiz Alberto Cartaxo Moura, Presidente eleito do Conselho Diretor da ADEPOL-PR (Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná), pela eleição da Diretoria da ADEPOL-PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Luiz Alberto Cartaxo Moura acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 4983

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Milton Rodbard, Vice-Presidente eleito do Conselho Diretor da ADEPOL-PR (Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná), pela eleição da Diretoria da ADEPOL-PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Milton Rodbard acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 4984

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Francisco José Batista da Costa, 1° Secretário eleito do Conselho Diretor

da ADEPOL-PR (Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná), pela eleição da Diretoria da ADEPOL-PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Francisco José Batista da Costa acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 4985

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Roberto Ferreira do Nascimento, 1° Tesoureiro eleito do Conselho Diretor da ADEPOL-PR (Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná), pela eleição da Diretoria da ADEPOL-PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Roberto Ferreira do Nascimento acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 4986

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Alex Olguerd Daniellewicz, 2° Tesoureiro eleito do Conselho Diretor da ADEPOL-PR (Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná), pela eleição da Diretoria da ADEPOL-PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Alex Olguerd Daniellewicz acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 4987

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Kiyoshi Hattanda, 2° Secretário eleito do Conselho Diretor da ADEPOL-PR (Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná), pela eleição da Diretoria da ADEPOL-PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Kiyoshi Hattanda acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 4988

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Ernesto dos

Santos Neto, 1º Diretor Social eleito do Conselho Diretor da ADEPOL-PR (Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná), pela eleição da Diretoria da ADEPOL-PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Ernesto dos Santos Neto acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 4989

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor a Sra. Ana Paula Cunha Carvalho, 2º Diretora Social eleita do Conselho Diretor da ADEPOL-PR (Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná), pela eleição da Diretoria da ADEPOL-PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar a Sra. Ana Paula Cunha Carvalho acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 4990

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Robson Cezar da Silva Barreto, Diretor Cultural eleito do Conselho Diretor da ADEPOL-PR (Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná), pela eleição da Diretoria da ADEPOL-PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Robson Cezar da Silva Barreto acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 4991

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. João Manoel de Siqueira Dias, Diretor de Patrimônio eleito do Conselho Diretor da ADEPOL-PR (Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná), pela eleição da Diretoria da ADEPOL-PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. João Manoel de Siqueira Dias acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 4992

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor a Sra. Daisy Teresinha Dorigo Barão, Diretora Jurídica eleita do Conselho Diretor

da ADEPOL-PR (Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná), pela eleição da Diretoria da ADEPOL-PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar a Sra. Daisy Teresinha Dorigo Barão acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 4993

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Miguel Marcelo Cesar Stadler, Diretor de Esportes eleito, do Conselho Diretor da ADEPOL-PR (Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná), pela eleição da Diretoria da ADEPOL-PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Miguel Marcelo Cesar Stadler acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 4994

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Claudio Ubiratan Ader Costa, Diretor dos Aposentados eleito, do Conselho Diretor da ADEPOL-PR (Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná), pela eleição da Diretoria da ADEPOL-PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Claudio Ubiratan Ader Costa acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 4995

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Vilson Alves de Toledo, Orador eleito, do Conselho Diretor da ADEPOL-PR (Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná), pela eleição da Diretoria da ADEPOL-PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Vilson Alves de Toledo acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 4996

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Marcus Venicius de Figueiredo, do Conselho Deliberativo da ADEPOL-PR (Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná), pela eleição da Diretoria da ADEPOL-PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Marcus Venicius de Figueiredo acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 4997

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Jorge Ferreira, do Conselho Deliberativo da ADEPOL-PR (Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná), pela eleição da Diretoria da ADEPOL-PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Jorge Ferreira acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 4998

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Jaime da Silva Luz, do Conselho Deliberativo da ADEPOL-PR (Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná), pela eleição da Diretoria da ADEPOL-PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Jaime da Silva Luz acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 4999

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Ivan Taborda Ribas, do Conselho Deliberativo da ADEPOL-PR (Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná), pela eleição da Diretoria da ADEPOL-PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Ivan Taborda Ribas acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 5000

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Itiro Hashitani, do Conselho Deliberativo da ADEPOL-PR (Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná), pela eleição da Diretoria da ADEPOL-PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Itiro Hashitani acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 5001

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Jorge Cesar Ajuz, do Conselho Deliberativo da ADEPOL-PR (Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná), pela eleição da Diretoria da ADEPOL-PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Jorge Cesar Ajuz acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 5002

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Marcus Vinicius da Costa Michelotto, do Conselho Deliberativo da ADEPOL-PR (Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná), pela eleição da Diretoria da ADEPOL-PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Marcus Vinicius da Costa Michelotto acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 5003

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Otávio Francisco Dias, do Conselho Fiscal da ADEPOL-PR (Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná), pela eleição da Diretoria da ADEPOL-PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Otávio Francisco Dias acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 5004

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Amadeu Trevisan Araújo, do Conselho Fiscal da ADEPOL-PR (Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná), pela eleição da Diretoria da ADEPOL-PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Amadeu Trevisan Araújo acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 5005

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Almeri Pedro Kochinski, do Conselho Fiscal da ADEPOL-PR (Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná), pela eleição da Diretoria da ADEPOL-PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Almeri Pedro Kochinski acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 5006

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Rogério Antonio Lopes, representante da ADEPOL de Jacarezinho, pela eleição da Diretoria da ADEPOL/PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Rogério Antonio Lopes acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 5007

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. João Manoel Garcia Alonso Filho, representante da ADEPOL de Ponta Grossa, pela eleição da Diretoria da ADEPOL/PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. João Manoel Garcia Alonso Filho acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 5008

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor a Juraci Lopes da Silva, representante da ADEPOL de Guarapuava, pela eleição da Diretoria da ADEPOL/PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar a Juraci Lopes da Silva acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 5009

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor a Sra. Erlina Paula Tapie Martins, representante da ADEPOL de Cascavel, pela eleição da Diretoria da ADEPOL/PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar a Sra. Erlina Paula Tapie Martins acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 5011

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Carlos Marcelo Sakuma, representante da ADEPOL de Campo Mourão, pela eleição da Diretoria da ADEPOL/PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Carlos Marcelo Sakuma acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 5012

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Luiz Carlos Mânica, representante da ADEPOL de Apucarana, pela eleição da Diretoria da ADEPOL/PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Luiz Carlos Mânica acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 5013

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Flávio Augusto Junqueira Enout, representante da ADEPOL de Telêmaco Borba, pela eleição da Diretoria da ADEPOL/PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Flávio Augusto Junqueira Enout acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 5014

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Antonio Angelo Colombo, representante da ADEPOL de Cornélio Procopio, pela eleição da Diretoria da ADEPOL/PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Antonio Angelo Colombo acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 5015

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Wiliam Douglas Soares, representante da ADEPOL de Londrina, pela eleição da Diretoria da ADEPOL/PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. William Douglas Soares acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 5016

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Elmano Rodrigues Ciriaco, representante da ADEPOL de Jacarezinho, pela eleição da Diretoria da ADEPOL/PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Elmano Rodrigues Ciriaco acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 5017

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Ítalo Cesar Sêga, representante da ADEPOL de Paranavaí, pela eleição da Diretoria da ADEPOL/PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Ítalo Cesar Sêga acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 5018

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor a Sra. Ana Cristina Ferreira Silva, representante da ADEPOL de Umuarama, pela eleição da Diretoria da ADEPOL/PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar a Sra. Ana Cristina Ferreira Silva acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 5019

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Amarildo José Antunes, representante da ADEPOL de Foz do Iguaçu, pela eleição da Diretoria da ADEPOL/PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Amarildo José Antunes acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 5020

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Adriano Chohfi, representante da ADEPOL de Pato Branco, pela eleição da Diretoria da ADEPOL/PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Adriano Chohfi acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 5021

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Jorge Luiz Wolker, representante da ADEPOL de União da Vitória, pela eleição da Diretoria da ADEPOL/PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Jorge Luiz Wolker acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 5022

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Daniel Prestes Fagundes, representante da ADEPOL de São Mateus do Sul, pela eleição da Diretoria da ADEPOL/PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Daniel Prestes Fagundes acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 5023

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Flávio Augusto Junqueira Enout, representante da ADEPOL de Telêmaco Borba, pela eleição da Diretoria da ADEPOL/PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Flávio Augusto Junqueira Enout acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 5024

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Matheus Araújo Laiola, representante da ADEPOL de Toledo, pela eleição da Diretoria da ADEPOL/PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Matheus Araújo Laiola acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 5025

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Invonei Oscar da Silva, representante da ADEPOL de Francisco Beltrão, pela eleição da Diretoria da ADEPOL/PR biênio 2009/2011.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Invonei Oscar da Silva acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 5030

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Rádio Educadora de Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Rádio Educadora de Francisco Beltrão, estabelecida no Município de Francisco Beltrão, transmitindo em AM. Com uma programação voltada para a comunidade, levando a cultura, a diversão, os esportes, a prestação de serviços, o jornalismo e a utilidade pública, demonstra sempre o respeito aos seus ouvintes, lhes dando o crédito e o respeito de uma empresa séria e conceituada, com responsabilidade social e seriedade de uma equipe profissional e dedicada.

Uma emissora que, ao instalar-se na região, conquistou uma grande liderança no segmento em pouco tempo e, neste 18 de outubro comemora seu aniversário de fundação, buscando sempre a excelência em comunicação e a satisfação de seus ouvintes.

REQUERIMENTO N° 5031

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Fundação Cultural Nossa Senhora Auxiliadora.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Fundação Cultural Nossa Senhora Auxiliadora, através de sua Rádio Colorado AM, estabelecida no Município de Colorado, abrangendo além de sua sede, os Municípios da região. Com uma programação voltada para a comunidade levando a cultura, a diversão, os esportes, a prestação de serviços, o jornalismo e a utilidade pública, demonstra sempre o respeito aos seus ouvintes, lhes dando o crédito e o respeito de uma empresa séria e conceituada, com responsabilidade social e seriedade de uma equipe profissional e dedicada.

Uma emissora que, ao instalar-se na região, conquistou uma grande liderança no segmento em pouco tempo e, neste 18 de outubro comemora seu aniversário de fundação, buscando sempre a excelência em comunicação e a satisfação de seus ouvintes.

REQUERIMENTO N° 5032

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Rádio Difusora América de Chopinzinho.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Rádio Difusora América de Chopinzinho, estabelecida no Município de Chopinzinho, abrangendo além de sua sede, os Municípios da região. Com uma programação voltada para a comunidade, levando a cultura, a diversão, os esportes, a prestação de serviços, o jornalismo e a utilidade pública, demonstra sempre o respeito aos seus ouvintes, lhes dando o crédito e o respeito de uma empresa séria e conceituada, com responsabilidade social e seriedade de uma equipe profissional e dedicadas.

Uma emissora que ao instalar-se na região conquistou uma grande liderança no segmento em pouco tempo e, neste 18 de outubro comemora seu aniversário de fundação, buscando sempre a excelência em comunicação e a satisfação de seus ouvintes.

REQUERIMENTO N° 5033

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a R.P. Arquitetura.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a R.P. Arquitetura na pessoa de sua proprietária a Sras. Renata Pisani, empreendedora e profissional respeitada no mercado pelos trabalhos realizados. Gerando empregos, inovando nos conceitos e proporcionando desenvolvimento social, esta empresa cumpre o seu papel no progresso do Estado e do País, expandindo a organização do espaço e de seus elementos,

envolvendo o design, desenhos de mobiliário, da paisagem, da Cidade e da região, projetando e edificando o ambiente habitado pelo ser humano.

REQUERIMENTO N° 5034

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Restaurante Cantinho Árabe.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Restaurante Cantinho Árabe, na pessoa de seu proprietário Sr. Ghassan Habib Abdou, que através de sua culinária, transmite à sociedade curitibana algumas das tradições da colônia Árabe, demonstrando o espírito cosmopolita da Cidade de Curitiba e reforçando o turismo gastronômico da Capital. Por se tratar de uma cozinha tradicional, revela as mais profunda raízes de uma sociedade milenar que através dos séculos atrai os paladares mais críticos, conquistando-os com a qualidade e com os bons serviços prestados.

Um empreendimento que gera empregos e renda para a comunidade, demonstrando sua responsabilidade social.

REQUERIMENTO N° 5035

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Manoel Knopfholz, Presidente da Federação Israelita do Paraná e Sra. Ester Proveller, Presidente da Kehilá do Paraná.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem em reconhecimento à contribuição dos imigrantes judeus ao nosso Estado, e em comemoração aos 120 anos da imigração judaica.

REQUERIMENTO N° 5040

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja expedida correspondência ao Diretor Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT - no Estado do Paraná, Exmo. Sr. Itamar Ribeiro, solicitando ao mesmo a emissão de um Selo Postal Especial homenageando a poetisa e escritora paranaense Helena Kolody.

A Escola Estadual Nossa Senhora de Fátima de Curitiba e o Colégio Estadual Elza Scherner Moro de São José dos Pinhais, desenvolveram um projeto denominado "Tem Carta para mim?", através do qual os alunos escrevem uns para os outros, demonstrando a importância dos correios e a valorização da língua portuguesa, pois vivemos em época onde a internet e a redução das palavras é presença constante nos textos.

O projeto em questão tem relevância na formação da cidadania dos alunos e demonstra a dedicação das professoras em desenvolver atividades de base na educação dos jovens. É a educação que todos querem encontrar nas escolas públicas!

O reconhecimento da importância de Helena Kolody no Paraná é essencial, pois essa mulher escreveu páginas de poesia e cultura no nosso Estado.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO N° 5028

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, encaminhamento ao Sr. Governador Roberto Requião, para as devidas providências que achar cabíveis de denúncia recebida pelos Srs. Deputados Estaduais relativo a liberação de licenças ambientais por parte do IAP conforme anexo.

Trata-se de graves denúncias sobre uma suposta "Máfia do Lixo" e que merece a atenção de investigação do Poder Público Estadual.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI N° 568/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Desembargador Telmo Cherem.

Art. 3° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(aa) DURVAL AMARAL

NEY LEPREVOST

Apoiamento:

Tadeu Veneri, Antonio Belinati, Nereu Moura, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Nelson Justus, Douglas Fabrício, Antonio Anibelli, Luciana Rafagnin, Osmar Bertoldi, Marcelo Rangel, Mario Roque, Neivo Beraldin, Caíto Quintana, Elton Welter, Dr. Batista, Jonas Guimarães, Stephanes Júnior, Elio Rusch, Ademar Traiano e Ademir Bier.

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Desembargador Telmo Cherem, nascido na Cidade de Tijucas, no Estado de Santa Catarina, com o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, pois se trata de um jurista do mais ilibado currículo, pessoa de mais alta idoneidade moral e uma das cabeças mais privilegiadas de nosso Judiciário.

Filho de João Cherem e de Polha Stivelberg Cherem, ambos já falecidos. nasceu em Tijucas (Santa Catarina), em 27/11/53, passando a residir em Curitiba (PR) a partir de 1960. Em 03/07/76 casou-se com Iara Santos Cherem e tem uma filha: Andréa Cherem Fabrício de Melo, casada com Lauro Augusto Fabrício de Melo Filho.

Graduado em Direito pela Universidade Federal do Paraná em 1975, recebeu a medalha de ouro pela classificação em primeiro lugar obtida no curso jurídico. Tem especialização, em nível de pós-graduação, em (I) "Metodologia do Ensino Superior" pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e em (II) "Administração Universitária" pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC) em convênio com a Universidade Federal de Santa Catarina.

Atuou como advogado, em Curitiba, de 1976 a 1990. É membro, desde 1981, do Instituto dos Advogados do Paraná, do qual foi Diretor-Tesoureiro no biênio 83/84. Foi Vice-Presidente da Caixa de Assistência dos Advogados - Seção do Paraná - no biênio 84/85 e Conselheiro da OAB - Seção do Paraná - no biênio 89/90.

Foi professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC), onde iniciou a docência universitária, em 1978, na cadeira de Direito Civil da Faculdade de Direito. Ainda na PUC, ocupou os cargos de Diretor da Faculdade de Direito (1979/80) e de Vice-Diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (1985/90). Foi, também, de 1980 a 1990, professor titular de Direito Civil na Faculdade de Direito de Curitiba, ocupando, de 1988 a 1990, o cargo de Vice-Diretor daquela instituição. Orgulha-se das diversas homenagens recebidas como Paraninfo, Nome de Turma e Patrono das turmas para as quais lecionou.

Em junho de 1990, foi nomeado como representante do Quinto Constitucional para o cargo de Juiz do extinto Tribunal de Alçada do Estado, tendo obtido a maior votação do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil para integrar a primeira lista sêxtupla elaborada pelo Órgão de Classe a partir da Constituição Federal de 1988.

Em fevereiro de 1995, foi promovido ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça, passando a integrar a Sexta Câmara Cível; após, compôs a Segunda Câmara Criminal e, atualmente, integra a Primeira Câmara Criminal e o Órgão Especial. Participou de diversas Bancas Examinadoras de Concursos Públicos para Ingresso na Magistratura, além de integrar Comissões Permanentes e Especiais do Tribunal de Justiça.

Foi Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, no período de 1º/02/07 a 31/01/08. Por isso contamos com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação desta justíssima homenagem.

PROJETO DE LEI Nº 569/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os limites dos Municípios de Curitiba e Pinhais, ficam estabelecidos na forma do Acordo de Ajustes firmado pelas autoridades municipais, com as seguintes descrições:

I - Inicia-se a descrição dos limites municipais entre Curitiba e Pinhais no encontro do eixo da PR-410 (Estrada da Graciosa) com o eixo do rio Atuba (canal retificado), no Marco de Divisa Municipal nº 819.2842-4, de coordenadas N 7.190.650m e E 681.790m implantado à margem esquerda do rio Atuba (dentro do Município de Pinhais; este segue-se pelo eixo do rio Atuba (canal retificado) à jusante até o marco nº 820.2842-4, de coordenadas N 7.187.998m e E 681.326m.

II - Segue-se por linha seca com os seguintes azimutes e distâncias 65°41'44" e 34,01m até o Ponto A, de coordenadas N 7.188.012m e E 681.357m; 191°18'36" e 5,10m até o Ponto B, de coordenadas N 7.188.007m e E 681.356m; 144°36'19" e 46,61m até o Ponto C de coordenadas N 7.187.969m e E 681.383m; 101°18'36" e 15,29m até o Ponto D, de coordenadas N 7.187.966m e E 681.398m; 82°08'48" e 29,27m até o Ponto E, de coordenadas N 7.187.970m e E 681.427m; 61°13'56" e 58,18m até o Ponto F, de coordenadas N 7.187.998m e E 681.478m; 96°54'40" e 33,24m até o Ponto G, de coordenadas N 7.187.994m e E 681.511m; 152°14'29" e 21,47m até o Ponto H, de coordenadas N 7.187.975m e E 681.521m; 168°41'24" e 25,49m até o Ponto I, de coordenadas N 7.187.950m e E 681.526m; 177°16'25" e 63,07m até o Ponto J, de coordenadas N 7.187.887m e E 681.529m; 232°21'09" e 88,40m até o Ponto K, de coordenadas N 7.187.833m e E 681.459m; 256°09'33" e 71,06m até o marco da Divisa Municipal nº 821-2842-4, de coordenadas N 7.187.816m e E 681.390; no local conhecido por Vilinha, denominado Praça Max Sesselmeier. Deste segue pelo eixo do rio Atuba (canal retificado) até o marco nº 822.2842-4, de coordenadas N 7.181.600m e E 682.505, onde se encontra com o rio Irai (canal retificado).

Parágrafo Único. Fica o local denominado Praça Max Sesselmeier - Vilinha, pertencendo ao Município de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Com vistas ao dispositivo constitucional que determina ser de competência privativa da Assembleia Legislativa do Paraná, aprovar convênios intermunicipais para a modificação de limites, apresento aos Pares desta Casa de

Leis, o ajuste firmado pelos Prefeitos Municipais da Capital do Estado e do Município vizinho, Pinhais, que tem por objetivo descrever os limites entre as Cidades em tela.

O referido ajuste se faz necessário pelo fato de tais demarcações ainda não constarem dos devidos registros para que surtam seus devidos efeitos.

Ademais, as delimitações ora propostas seguem o Princípio Constitucional da Segurança Jurídica afeta aos Municípios dessas Cidades, que necessitam levar a efeito as delimitações para a devida localização de seus bens, assim como a justa cobrança de tributos por parte do poder público.

Importante dizer também que o projeto de lei visa assegurar aos municípios o efetivo exercício da cidadania por ocasião de eleições municipais e plebiscitos.

PROJETO DE LEI Nº 570/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O inciso VI do artigo 1º da Lei nº 14978, de 28/12/05 passa a vigorar com a seguinte redação:

“VI - leite, exceto os concentrados e adicionados de açúcares e edulcorantes e o longa vida UHT, leite em pó e linguças.”

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, como forma de compensar as empresas estabelecidas no Estado pela concorrência desleal provocada por favores concedidos por outras Unidades da Federação, tratamento tributário diferenciado em relação ao ICMS nas operações com leite longa vida UHT, inclusive recolhimento antecipado do imposto devido pela operação subsequente, com a fixação do valor desta, na entrada em território paranaense ou no estabelecimento de contribuinte de mercadoria originária de outro Estado ou do Distrito Federal.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) PEDRO IVO

Apoiamento:

Durval Amaral.

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em questão pretende excluir o produto leite longa vida UHT da isenção do ICMS nas operações internas que destinem produtos da cesta básica de alimentos a consumidores finais.

Atualmente, o setor produtivo de leite instalado no Estado do Paraná perdeu totalmente o mercado nos Estados vizinhos, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, que são os grandes centros consumidores, agravando-se com a perda de mercado também no próprio Estado, em face da invasão da indústria de outros Estados concorrendo no mercado paranaense.

A medida proposta visa garantir a sobrevivência de aproximadamente 118 mil pequenos produtores que

sobrevivem exclusivamente da atividade leiteira, sendo absolutamente necessário estabelecerem-se mecanismos de proteção ao produtor paranaense.

O Estado do Paraná é o segundo maior produtor de leite, com uma produção aproximada de 2.700 milhões de litros/ano, o que corresponde a 10,6% (dez ponto seis por cento) da população brasileira, segundo fonte do IBGE - ano 2006.

A comercialização do leite UHT no Paraná representou em 2008, 106.896.664 litros/ano, representando assim, 24,37% do consumo no Estado, sendo que a comercialização de empresas estabelecidas em outros Estados representou 75,63%, ficando assim a nítida necessidade de estabelecer-se meios de proteção ao produtor de leite paranaense, a exemplo do que vem fazendo as demais unidades federativas.

O tratamento tributário do leite longa vida UHT, especialmente no Estado de São Paulo, que taxa o produto paranaense em 18% e concede isenção no produzido em seu Estado, fez com que a comercialização do produto reduzisse de maneira drástica, enquanto que em 2007 chegou a ser comercializado em torno de 55% da produção paranaense, colocando assim, todo o setor produtivo do leite em situação totalmente de desigualdade na comercialização do produto.

Sem dúvida, a perda da igualdade na concorrência de mercado reflete diretamente nos 118 mil produtores paranaenses de leite, pois o preço obtido na venda para a indústria reduz-se substancialmente, situação que acarreta prejuízos irrecuperáveis, desincentivando a manutenção da importante bacia leiteira do Paraná.

Pesquisa realizada pelo Centro de Estudos avançados em Economia Aplicada - CEPEA (USP/SP), conforme gráficos em anexo, mostram a diferença do preço do leite pago ao produtor paranaense, comparando-se com o produtor do Estado de São Paulo, onde mostra que o produtor paranaense tem recebido entre R\$ -0,05 a R\$ -0,11 a menos por litro de leite vendido. Isto, desde, que São Paulo introduziu as mudanças tributárias.

Com as retiradas do leite UHT da cesta básica, o Poder Executivo comprometeu-se, via decreto, estabelecer regras de tratamento igualitária com os demais Estados, visando a estabilidade econômico-financeira do setor produtivo paranaense, inclusive mantendo-se a desoneração no sentido de garantir o mesmo tratamento da cesta básica ao leite produzido no Paraná.

Assim, este projeto de lei, como mencionado, visa proteger o produtor paranaense em idênticas condições aos demais Estados, principalmente com São Paulo, onde se comercializa a maior quantidade do produto.

PROJETO DE LEI Nº 571/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Lar Batista Paranaense - LBP, com sede no Município de Curitiba e foro na comarca de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

O Lar Batista Paranaense - LBP, entidade fundada em 25/06/51, tem por finalidade a Ação Social, na mais variada forma, as pessoas físicas, sem distinção de raça, cor, credo religioso ou vinculação política, visando atender as necessidades do grupo a que destina o seu trabalho na comunidade em que está inserida, bem como promover a harmonização e o amparo, aos seus atendidos, além de contribuir para o bem-estar e a congregação destes na sociedade.

Destacamos, sobremaneira, a constante e importante atuação desta entidades perante seus representados, com o êxito comprovadamente alcançado em todas as suas realizações.

Trata-se de uma entidade, com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 78.640.000/0001-43, e pela sua comprovada importância e representatividade, merece ser considerada por lei, como entidade de utilidade pública do Estado do Paraná. Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a declaração desta entidade como de utilidade pública do Estado do Paraná.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Recebi uma notícia muito importante do ponto de vista da luta política desta Casa e por parte deste Deputado que está falando. O Governador de Santa Catarina, no dia de ontem, encaminhou uma mensagem para a Assembleia Legislativa daquele Estado, instituindo a Polícia Estadual de Serviços Ambientais e regulamenta o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais do Estado de Santa Catarina, instituído pela Lei nº 14675/09 e estabelece outras providências.

Sr. Presidente, existe um projeto de lei que tramita aqui nesta Casa de leis, se não me falha a memória ele está tramitando desde abril ou maio deste ano. Projeto de minha autoria, inclusive já tramitou na CCJ e recebeu parecer favorável. Esse projeto, se aprovado por este Plenário, remete para regulamentação do mesmo objeto do projeto do Governador de Santa Catarina. Tenho convicção que esta política de prestação de serviços ambientais vai virar política de Estado para todos os Entes Federados em função de uma lei que o próprio Presidente Lula

já remeteu para o Congresso Nacional e está tramitando. Portanto, é fundamental que esta Casa debata amplamente este tema, faça com que o nosso Governo também dialogue, crie, na minha visão podia criar um grupo de trabalho. E não interessa se o projeto tramita por aqui necessariamente, não precisa, vamos fazer uma lei que dá para cá. O importante é que se crie essa política de prestação de serviços ambientais.

Portanto, na justificativa que o Governador Luiz Henrique remeteu para o Poder Legislativo do Estado de Santa Catarina, ele criou lá um grupo de trabalho através de um decreto, onde incluiu toda a estrutura da Secretaria, técnicos da Secretaria do Meio Ambiente, técnicos da Secretaria de Estado da Agricultura, representantes da sociedade organizada, para definir essa política estadual de prestação de serviço ambiental.

Percebo que o nosso Estado também precisa legislar sobre isso. O nosso orçamento tem que contemplar de onde virão os recursos pelo pagamento dos serviços ambientais. A proposta de Santa Catarina já define claramente de onde virão os recursos, estabelecendo ao Governador, por ato percentual de cada fonte, fundo do meio ambiente, fundo de recursos hídricos, leis que já cobram pelo uso da água ou que poderão ser criadas aqui no Estado, que já foram criadas mas que não foram regulamentadas e tantas outras formas para que possamos ter água de qualidade, para que os centros urbanos tenham água de qualidade e que não precisem de tratamento químico.

É essa a intenção da lei, cuidar lá na ponta, lá na nascente, fazer com que a água, os mananciais que abastecem as Cidades, às águas que devem ser cuidadas pelos nossos produtores, eles precisam receber por esses serviços prestados. Vejam que Santa Catarina tem esse avanço. O Paraná vai caminhar nesse sentido em função da política nacional que já está sendo definida pelo Ministério do Meio Ambiente, pelo próprio Presidente Lula, que já remeteu mensagem para Congresso Nacional.

Portanto, esta Casa vai legislar, já está legislando sobre isso, já tramita nas Comissões Permanentes objeto semelhante a esse que o Governador de Santa Catarina remeteu para a Assembleia.

Queria falar de um programa que foi pouco divulgado, mas que foi muito cobrado aqui pelos Deputados. Eu cobre. É um programa que se chama Programa Paraná Fértil.

Programa Paraná Fértil é para melhorar a fertilidade do solo paranaense, das propriedades dos pequenos produtores. O Paraná Fértil criou condições para que todo o agricultor familiar que precisar de calcário possa conseguir esse calcário por intermédio das linhas de crédito do PRONAF. Foi feita uma parceria entre o Estado e o Banco do Brasil, onde o produtor rural terá o prazo de sete anos para pagar, com dois anos de carência. Só o aumento de produtividade paga o calcário e sobre dinheiro.

Quero parabenizar o Secretário Bianchini, o Governo do Estado, por ter implementado esse programa. Portanto, existe um programa de calcário no Estado, basta o produtor rural procurar os técnicos da EMATER e ter a orientação técnica para acessar esse programa que é maravilhoso para melhorar a fertilidade do solo dos pronaianos, aqueles que são públicos alvo do PRONAF, que é o crédito para a agricultura familiar.

O SR. PRESIDENTE (**Durval Amaral**)

No Pequeno Expediente, o Deputado Mario Roque.

Deputado Mario Roque (PMDB)

O SR. MARIO ROQUE

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, população do Estado do Paraná.

Venho a esta tribuna hoje para dizer que ontem foi um dia festivo em Paranaguá. O nosso querido Rio Branco comemorou 96 anos de existência. É talvez o segundo ou o terceiro time de futebol mais antigo do Estado do Paraná. Ele foi criado em 13/10/1913, já em 1915 participava do primeiro campeonato do Estado, talvez tenha sido o primeiro time do interior, junto ao Atlético, Coritiba e outros times da Capital, a participar desse campeonato que era amador ainda.

Eu tive a honra de ser Presidente do Rio Branco, sou ainda o Presidente de Honra, e ter a alegria de ter sido juvenil em 1962, juntamente com o Oromar e outros mais jogadores que estiveram aqui jogando pelo Coritiba. Cheguei então à presidência do clube.

Sabendo que Paranaguá era um Município que não tinha condições de abrigar toda a sua torcida, construí o estádio, o Gigante do Itibere, para 25 mil pessoas, quando o estádio do Rio Branco apenas abrigava 4 mil pessoas. Construímos também uma piscina olímpica, para que os nossos jovens e a turma do Rio Branco pudessem se exercitar.

É tão importante o Rio Branco para a Capital, que jogadores do nosso Litoral vieram fortalecer os times da Capital. Nós tivemos o Oromar, o Lucas.

O Lucas, infelizmente, jogou 12 anos no Coritiba e há cinco dias atrás, já beirando os 70 anos, foi atropelado aqui numa das avenidas de Curitiba. Foi um dos maiores jogadores que o Coritiba já teve. O Lucas, que jogou cinco anos no Rio Branco, vindo de Santos. Infelizmente faleceu de maneira trágica.

O Lucas, o Kruger, o Oda, o Vivi e mais ainda, foram dados para a seleção do Paraná o Odair e o Kale, jogadores também do Rio Branco.

Antonina, Cidade histórica e antiga, também gosta de esporte e deu um dos maiores centroavantes que o Coritiba já teve, o Lucas.

Portanto, venho aqui para registrar essa bela data do Rio Branco. Esperamos, daqui a quatro anos, também comemorar, como fez o meu querido Coritiba, o nosso centenário.

Vim à tribuna especificamente para dizer que a nossa Cidade de Paranaguá, berço da civilização paranaense, sempre que comemora alguma data é data centenária, e às vezes é respeitada pelos Governadores, sempre deixada de lado. Estamos aqui nesta tribuna para enaltecê-la, brigar por ela e dizer das coisas boas da nossa terra.

O SR. PRESIDENTE (**Durval Amaral**)

No Pequeno Expediente, passo a palavra ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

Deputado Plauto Miró (DEM)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje pela manhã, na Assembleia Legislativa, uma reunião da Comissão do Meio Ambiente proporcionou um amplo debate sobre as questões ambientais.

Entre os demais os temos aqui debatidos, os aterros sanitários que estão sendo implantados em alguns Municípios, aterros privados que a iniciativa privada vem fazendo, e dentro desse amplo debate chegou até as nossas mãos, acredito que nos demais gabinetes dos Srs. Deputados desta Casa, uma carta aberta à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, onde o Sr. Leonardo Aguiar Moreli faz parte de uma entidade, é Secretário Geral da Defensoria Social, que é um colegiado de instituições e personalidades que atuam na defesa dos direitos sociais e coletivos da sociedade, criada como um gesto concreto das Campanhas da Fraternidade de 2004 a 2009, com apoio da CNBB.

Esse senhor entrega essa carta aberta à Assembleia Legislativa fazendo denúncias. E o que me preocupou é que o IAP e a Secretaria do Meio Ambiente tem utilizado seu poder para negociar a liberação de licenças ambientais. Em especial na autorização de aterros para iniciativa privada.

Dentro dessa carta ele relata que estão fazendo aqui, nos órgãos ambientais do Estado do Paraná, praticamente a mesma coisa que foi feita num período próximo no Estado de Santa Catarina que chamaram de "Escândalo da Moeda Verde". Onde também no órgão ambiental daquele Estado vizinho, se autorizava licença ambiental com privilégios para aqueles que tinham na época o poder nos órgãos ambientais daquele Estado.

E fala essa carta aberta, se prolonga falando em caixa dois para campanha eleitoral do ano que vem, sendo que os integrantes dos órgãos ambientais, da Secretaria do Meio Ambiente e do IAP, pretendem disputar as eleições aqui no nosso Estado, e eles, como essas empresas, estão preparando uma caixa para suas campanhas eleitorais.

Acredito sinceramente que o Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, ele não deve estar sabendo o que está acontecendo. As denúncias surgem, já escutei por inúmeras vezes pessoas citando e falando

sobre esse tema, mas como não tenho nada de concreto e nenhum documento, nenhuma prova, não posso me aprofundar com grande conhecimento sobre esse assunto.

Mas essa carta é um indício, uma carta assinada e direcionada à nossa Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Repito que não acredito que o Governador esteja sabendo, mas a ele vou encaminhar essa carta. Estou encaminhando requerimento, qual peço que seja destinado, chegue até a mão do Governador Roberto Requião, e tenho certeza que ele, dentro do seu posicionamento, de tudo aquilo que ele fala, vai pedir uma investigação do seu posicionamento, de tudo aquilo que ele fala, vai pedir uma investigação do seu Governo para com a Secretaria do Meio Ambiente e também com o IAP sobre estas questões que lá, segundo esta carta, estão acontecendo.

Encaminho à Mesa Diretora desta Casa um requerimento pedindo que esta carta, que foi entregue oficialmente à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, possa ser encaminhada ao Sr. Governador Roberto Requião e que ele possa, desta forma, saber aquilo que estão falando do seu Governo, em especial a Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Durval Amaral**)

Concedemos a palavra ao Deputado Chico Noroeste.

Deputado Chico Noroeste (PR)

O SR. CHICO NOROESTE

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, público presente, cidadãos, cidadãos paranaenses que nos assistem neste momento.

É comum, nos dias de hoje, quando se lê jornais ou se verifica nos meios de comunicação, propagandas, anúncios, que eu considero não serem adequados, os anúncios, propagandas que não vêm ao interesse da família e vêm em detrimento dos valores familiares, dos valores da família, são indicativos, propagandas, muitas vezes de acompanhantes, de garotos, de garotas de programa, são às vezes anúncios, propagandas de saunas ou massagens com fins eróticos.

Quero chamar a atenção dos Srs. Deputados para que possamos estabelecer uma discussão. Qual é o papel da imprensa? Certamente não é de bom alvitre que esses tipos de anúncios ou propagandas sejam informados pelos jornais ou pela imprensa de um modo geral. Porque muitas das vezes estes jornais adentram em nossas casas, até mesmo aqui na Assembleia Legislativa, mas vamos nos ater principalmente às residências, e ali os adultos leem estes jornais ou impressos, publicações, e ficam ali expostos em cima das mesas, e às vezes as crianças, jovens, adolescentes também têm acesso.

Dias atrás minha filha procurava uma matéria concernente à Gripe Suína, à Gripe H1N1 ou à Gripe A, como também é conhecida; estávamos folheando o jornal e ali percebi que existiam também informações deste tipo.

Portanto, Sr. Presidente, o papel da imprensa, sem sombra de dúvidas, é levar a boa informação à população de um modo geral, às famílias paranaenses, atendendo principalmente o que preconiza o artigo 221, I, que diz que os veículos de comunicação darão preferência às finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas, mas tudo isso com respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Passa a usar o Horário do Grande Expediente

Isso porque todos sabemos, e a imprensa também, e quero abrir os parênteses, porque não quero generalizar, porque não são todos os veículos de comunicação que prestam esse desserviço à população, à comunidade e principalmente à família.

Concedo um aparte ao Deputado Edson Praczyk.

O Sr. Pastor Edson Praczyk (PRB)

Deputado Chico Noroeste, estou acompanhando o raciocínio de V. Exa. e concordo plenamente que se deve criar algum mecanismo para reger a publicidade, os anúncios que muitas vezes se camuflam como de profissionais da área e que, na verdade, ocultam antros de prostituição e promiscuidade. Mas também entendo ser necessário, até na fala de V. Exa. distinguirmos o papel da imprensa e da mídia, que são duas coisas que embora andem juntas, são distintas.

Então, muitas vezes a mídia, a imprensa, o jornal tem o setor comercial que aceita anúncios de publicidade, e que nada tem a ver com o departamento jornalístico, que sequer toma conhecimento dessa publicidade, que geralmente fica alocada na parte dos classificados.

Então, solidarizo-me com vosso pronunciamento. Coloco-me à disposição para que juntos possamos fomentar essa discussão, que é necessária, para que se extingam definitivamente anúncios publicitários que proliferem essas casas que acabam se maquiando como casas de massagem, mas no fundo não o são, desencadeando desde a prostituição infantil, destruição de lares e outros tantos males danosos à sociedade e à família. E também enaltecer a imprensa, porque entendo que ela é um quarto Poder e que, quando conduzida com sinceridade e honestidade, contribui em muito para a nossa sociedade.

É a minha fala e agradeço pela oportunidade.

O SR. CHICO NOROESTE

Incorporando o seu aparte ao nosso pronunciamento, o nosso muito obrigado, Deputado Edson Praczyk.

Então, Sr. Presidente, ainda esclarecendo que não são todos os meios de comunicação, mas certamente são vários os veículos de comunicação esses tipos de anúncios, esses tipos de propaganda que vêm em detrimento dos valores familiares, valores da sociedade, valores da família.

Sabemos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que a família é uma instituição divina, que a família é a célula-mãe da sociedade, e como tal deve ser protegida, inclusive pelo Estado. E a Constituição diz no seu artigo 226 que a família deve ter proteção do Estado. E foi exatamente nesta linha que apresentei um projeto de lei que diz assim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em seu artigo 1º: *Os jornais, revistas, panfletos e publicação em geral de classificados, bem como qualquer outro veículo de comunicação, ficam proibidos de veicular mensagens ou propagandas de empresas que ofereçam serviços de massagens, saunas, acompanhantes, garotas de programas, de telefone para fins eróticos e outras atividades congêneres. As empresas a que se refere o artigo 1º da presente lei, em caso de desobediência, aplicar-se-á pena de multa no valor de R\$ 500 por peça, ou anúncio veiculado.*

Parágrafo Único. A multa estabelecida no caput desse artigo será aplicada sucessivamente acrescida de 100% a cada nova veiculação dos anúncios a que se refere o artigo 1º.

Artigo 3º O órgão responsável pela fiscalização, bem como a destinação dos recursos provenientes das multas aplicadas, serão definidos pelo Poder Executivo.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apresento aqui essa proposição, mas quero que todos vocês, V. Exas. possam estar contribuindo com críticas construtivas, com sugestões para aprimoramento desse projeto, para que possamos colocar à disposição no Estado do Paraná um instrumento de proteção à família. Porque o que estamos percebendo hoje, é claro, não generalizando, mas os veículos de comunicação estão prestando um desserviço à população, às famílias, ao Estado, porque a sua função não é essa, é dar preferência às atividades educativas, artísticas, culturais, informação; mas não esse tipo de informação que podemos classificar aqui como más informações e que adentram aos nossos lares e ficam à disposição das crianças e adolescentes. Tenho certeza que estamos agindo, e que esta lei será aprovada também pela CCJ, até porque trata-se de uma matéria concorrente, em que os Estados, nós aqui como Deputados podemos legislar de maneira complementar. E neste aspecto, na Constituição Federal diz que podemos legislar suplementarmente no que diz respeito à defesa da criança, do adolescente e da juventude.

Portanto, quero pedir o apoio de todos os Deputados e Deputadas, no sentido de que possa apoiar esse nosso projeto. E a médio e longo prazo, porque não dizer a curtíssimo prazo, poderemos colocar esse instrumento, que certamente será em proteção da família, mas muito especialmente em proteção dos adolescentes, das crianças e também da juventude, uma proteção às famílias do Estado do Paraná.

Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Durval Amaral)

Aproveito para registrar a presença das funcionárias e funcionários da rede estadual de ensino. Sejam muito bem-vindos a esta Casa.

No pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Cleiton Kielse.

Deputado Cleiton Kielse (PMDB)

O SR. CLEITON KIELSE

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, professoras, funcionárias e funcionários da Educação.

Venho a esta tribuna com dois assuntos extremamente pertinentes ao momento que as Prefeituras estão passando. Estamos encaminhando um requerimento à Mesa desta Casa, solicitando ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, junto com a Associação dos Municípios do Estado do Paraná, o que já ocorreu no ano de 2008 para 2009. A matemática financeira, hoje, das Prefeituras, tem que passar por índices da Saúde, da Educação, investimentos obrigatórios que hoje na Constituição Estadual dão deferimento na parceria que temos diretamente com o Tribunal de Contas. Alguns acordos formais que esta Casa deve solicitar também ao Tribunal de Contas da União.

Por que isso? Em 2008 tivemos a maior arrecadação da história deste País, tendo a possibilidade de alguns Municípios proporcionarem aumentos aos funcionários públicos, contratações em concursos públicos, modificações na área administrativa, dando comprometimento da receita dos Municípios.

Vou citar um exemplo: Xambrê, na região de Umuarama, onde o índice da UFPM é 0,6, uma população de 6, 7 mil habitantes, só este ano já perdeu da arrecadação da UFPM cerca de R\$ 300 mil. Para uma Cidade que tem uma arrecadação pífia, normalmente de R\$ 300 mil. Para uma Cidade que tem uma arrecadação pífia, normalmente o ICMS é simbólico, onde não detém indústrias, não detém qualquer acréscimo de IPVA, ISS ou qualquer outro tributo, e que o IPTU também é simbólico. Os Prefeitos hoje sequer têm condições de fechamento da sua folha de pagamento, visualizando que sua perda de arrecadação já comprometeu todos os índices e ainda irá comprometer, caso o Governo Federal não venha restituir a arrecadação de 2008.

Usando Xambrê novamente, temos a previsão de uma perda, até o final do ano, de R\$ 500 mil. Inviável o pagamento do 13º, caso o Prefeito, como está naquele Município, pontualmente recolhendo, encolhendo e demonstrando a capacidade administrativa, segurando muitos investimentos e que poderiam ser feitos.

A grande maioria dos Municípios de até 1.6 de índice de comprometimento, não terá condições de honrar até a última parcela da UFPM com seus índices de comprometimento na área da Saúde, da área da Educação principalmente, dando um entendimento da Lei de Responsabilidade Fiscal num comprometimento para futura

certidão negativa para o próximo ano, sabendo que esse preço que eles vão pagar anula qualquer possibilidade de convênios, tanto com o Governo do Estado quanto com o Governo Federal.

Sr. Presidente, este pedido em forma de requerimento, para encaminhar com o aval dos Srs. Deputados e Deputadas, para que o Tribunal de Contas do Estado já autorize que, com a primeira parcela do FPM de 2011, como ocorreu de 2008 para 2009, tenha a possibilidade do investimento desses recursos para que os Municípios possam, no mínimo, dar...

O SR. PRESIDENTE (Durval Amaral)

V. Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Solicito o horário da Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Durval Amaral)

Perfeitamente.

Passa a usar o horário da Liderança do Governo

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Estamos realmente visualizando que só o Estado do Paraná, somando todos os Municípios que perderam arrecadação, chega a casa de R\$ 250 milhões de prejuízo. Só o Estado do Paraná.

O Governo Federal já sinalizou que vai fazer uma devolução desses recursos em forma não só de FPM, mas de uma contribuição autorizada pela Câmara Federal, junto com o Senado Federal, na ordem de R\$ 1 bilhão. Mas o que é R\$ 1 bilhão, Deputado Teruo, para quem tem 26, 28 Estados? Não é nada! Não teremos a recomposição do orçamento de 2008, visto que este requerimento autoriza o Tribunal de Contas, com a parcela do dia 10 de janeiro de 2010, dar a prestação de contas referente a 2009 para o fechamento das contas dos Prefeitos, tendo a possibilidade, com a arrecadação do mês de dezembro, de dar a contrapartida, no mínimo, para o fechamento do 13º em grande parte das Prefeituras, Deputado Belinati.

Essa matemática tornou-se tão necessária que, hoje, temos que ter a anuência do Tribunal de Contas, comunicação imediata à Secretaria de Estado da Fazenda, comunicação imediata ao Tribunal de Contas da União consequentemente, também, a comunicação ao Banco Central, que faz, juntamente com os demais órgãos, o repasse dos recursos do FPE - Fundo de Participação do Estado, e que o Estado possa, com a primeira parcela de 2010, fazer a quitação e o pagamento de todos os nossos funcionários e os seus débitos, que ainda vão ficar para 2010. É uma matemática financeira que, como funcionário de carreira do Tribunal de Contas, temos que raciocinar junto com os Prefeitos, que não têm culpa da perda da arrecadação, da matemática da isenção do IPI.

A redução para o incentivo ao consumo é muito válida. Nos deu a capacidade de um raciocínio econômico-financeiro para que todos que tinham a vontade de comprar um veículo, um material de consumo, um eletrodoméstico da linha branca, que falamos popularmente, mas que deu a condição da perda da arrecadação na outra parte, também aos Municípios e ao Estado. Só o Estado do Paraná, entre a CIDE e a questão do FPE, soma R\$ 800 milhões de perda. Se fizermos isso para todos os Estados, vamos ter no mínimo de 10 a R\$ 15 bilhões de perda, e não apenas 1 bilhão parcelado até o final do mês de dezembro. Não existe forma aritmética, política, administrativa, que venha fechar esse tipo de conta.

Por isso, peço apoio desta Assembleia no requerimento que estamos apresentando. Vendo o Prefeito de Piraquara, também, que está passando por dificuldades por perda na arrecadação, mas que consegue, com sua economicidade, ainda fazer muito em favor de Piraquara.

Quero citar outro assunto, que quando estivemos no Ministério Público tratando do assunto pedágio, levamos todas as informações que hoje já estão compiladas em um primeiro relatório favorável à ação civil pública e uma ação popular que vamos mover, Deputado Roque, pedindo o seu apoio também com a regional de Paranguá e de todos os Municípios do Litoral do Paraná, pedindo o apoio de Londrina, de União da Vitória, de todas as microrregiões em Paranavaí, em Ponta Grossa, para que em cada microrregião ou macrorregiões possamos demover ações populares para que, dentro do âmbito da legalidade, do abuso econômico, do lucro excessivo sobre obras públicas, possamos ter a razoabilidade do retorno ao *status quo* do início da licitação de 1997, uma licitação que desde o início já teve o seu vício, mas que ainda contemplava centenas de pequenas obras essenciais à vida no Paraná, não digo nem a questão do trânsito.

Neste último final de semana, que tivemos o feriado do Dia das Crianças, mais o de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, tivemos o segundo pior índice de mortalidade deste País no Estado do Paraná. Infelizmente, perdemos apenas para Minas Gerais, passamos de São Paulo. São Paulo tem quase o triplo da nossa população diretamente ligada à Região Metropolitana, e se contarmos o interior, tem quatro vezes a nossa população. E tivemos o índice de mortalidade maior, não *per capita*, não são mortes *per capita*, índice de população do Paraná, tivemos em número de mortos. É o maior absurdo que podemos ouvir em um Estado próspero como o Estado do Paraná. E onde foram essas mortes, a grande maioria? Dentro do Anel de Integração, onde você visualiza hoje treminhões, caminhões com quase 40 metros de comprimento. Onde, Deputado Praczyk, imagine o senhor em um Corsa, ou qualquer carro para não citar a marca, ou um Gol 1000, para ultrapassar um treminhão de 40 metros, como o senhor faz? Ou o senhor

se submete a ficar atrás dele, ou vai se arriscar, o senhor e sua família, em uma pista simples, sem o respeito da empresa de pedágio.

Pedimos a convocação dos proprietários das empresas de pedágio, que venham explicar essa matemática financeira que não existe nem no Brasil e nem no mundo. Hoje visualizamos Miami, como oito, 10 pistas, saindo entre Miami e Portland Dweil, custando US\$ 1 essas pistas de concreto construídas pelas empresas de pedágio. E aqui no Paraná, temos a realidade tão triste que vai chegar a um número, talvez único neste País, de R\$ 8 bilhões e 100 milhões em arrecadação até o final de dezembro. Repito, 8 milhões e 100 milhões em arrecadação, e não vai chegar a 900 milhões de aplicação em obras.

Estamos pedindo, realmente, que as empresas tenham consciência humana, que eles não estão brincando com a questão econômica, eles estão brincando com vidas no Paraná.

Vejam o exemplo deste final de semana, que demonstra a brutalidade que estamos tendo, morrem 10, 15, 40, 50 pessoas. Movimentações hoje na área do Oeste do Paraná, na área do Noroeste, na área do Sul, pegando a região do Litoral do Paraná. A região de Cornélio, nem se fala, tem pedágio que custa R\$ 15, ligação de Cornélio até Londrina, uma pista simples, perigosíssima, onde acidentes são permanentes naquela região.

Por isso, estamos reforçando o encaminhamento ao Procurador Geral, também, da República. Vamos estar, na próxima semana, com o Presidente do Tribunal de Justiça, com mais informações ainda, cada vez mais delicadas, que custam o sangue da população paranaense, milhares de vidas intermitentes à desistência do ânimo familiar. Quando morre um filho, o patriarca, uma mãe, não morre apenas aquele ente querido, e sim parte da família. Muitas vezes por acidentes bestas, em pistas que já poderiam estar duplicadas.

Digo hoje que o pedágio do Paraná tornou-se o corredor da morte do Brasil. Por isso, vamos tornar não só esta Assembleia com um palco da recepção dessas famílias que estou convocando no Estado do Paraná, para virem relatar os acidentes, os atropelamentos, a vergonha que temos no pior pedágio do País, talvez no mundo, que é no Paraná.

Para finalizar, Sr. Presidente, dizer que a ênfase das decisões que serão tomadas, vai caber também a cada Parlamentar, na sua micro ou macrorregião.

Peço à Igreja Evangélica que nos ajude. Não depende apenas de um processo que estamos movendo. Depende de todo o Estado do Paraná, que tenham coragem de enfrentar esse tipo de ação tão cara, nefasta e delicada, que envolve e vai envolver ainda muitas vidas. Tomara que ninguém desta Casa, ou da família dos Parlamentares, tomara que nenhum professor, professora, estudantes, tenham que ver o sofrimento do sangue derramado nas pistas de pior pedágio do mundo, que está no Paraná.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Durval Amaral)

Esta Presidência, em nome da Assembleia Legislativa, agradece e sente-se honrada com a presença do irmão Frederico Unter Berger, da Santa Casa; da Dra. Edmara Mueller, Superintendente do Hospital Evangélico; do Dr. Cláudio Henrique, diretor do Hospital Cajuru, convidados que foram pelo Deputado Ney Leprevost. Também registramos as presenças dos Vereadores de Pinhais, José Francisco e Zezinho, e do Prefeito de Piraquara, o Gabão, convidados do Deputado Edson Strapasson.

Concedo a palavra ao último orador inscrito, no Pequeno Expediente, Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Durval Amaral, que com maestria preside a Sessão desta Casa, nossa querida Deputada Luciana Rafagnin e Deputado Fernando Scanavaca, colegas, paranaenses que acompanham as Sessões através da TV MERCOSUL e da TV SINAL.

Tem gente que não gosta que eu leia e-mail. Estamos aqui para agradecer o povo e não os políticos, que não gostam que demos satisfação ao povo. Devemos trabalhar pelo povo, com prazer e alegria. O e-mail é um grande instrumento para sabermos quais são as aspirações e se o povo está aprovando ou não o Governo, o nosso trabalho parlamentar, se há elogios ou críticas à atuação desta Casa. É sempre um prazer a nossa equipe atender aos paranaenses.

Recebo e-mail do Paulo Roberto Riesemberg:

Exmo. Sr. Antonio Belinati MD Deputado Estadual do Paraná. Venho por meio deste solicitar junto a V. Exa. a possibilidade do Sr. apresentar projeto de lei regulamentando a profissão de podólogo no Paraná. Gostaria de ser recebido em seu gabinete para que sejam esclarecidas as dúvidas referentes a esse pedido. Sei que posso contar com a sua nobre ajuda, pois tenho visto sua luta em defesa do povo. No aguardo de resposta breve, desde já antecipo meus protestos de estima e consideração.

Muito provavelmente vamos depender do Congresso Nacional, mas poderemos, através desta Casa, apoiar, porque todas as profissões devem ser regulamentadas. É uma segurança até para efeito previdenciário, para efeito de aposentadoria. Se ainda não há uma regulamentação da profissão, vamos dar toda a contribuição para que isso aconteça.

Os policiais estiveram ontem nesta Casa. Primeiro os agentes penitenciários manifestando a repulsa, porque em Londrina um colega deles foi brutalmente assassinado.

Há um veto do Governador Requião referente ao projeto de lei que permitiria que o policial, mesmo estando de folga, pudesse estar armado. Porque o policial sai de folga e muitas vezes é vítima de vingança de bandidos que ele prendeu. Esta Casa vai apreciar o veto e o caminho ideal seria derrubar o veto do Governador,

porque hoje agente penitenciário e policial, até no momento de folga corre perigo, às vezes matam um agente penitenciário, um policial civil, um policial militar no momento de folga.

Temos uma inquietação que está ocorrendo no Paraná, está tendo uma superprodução de cana de açúcar. E lamentavelmente o povo do Paraná está sendo assaltado. Em uma semana aumentaram 12% o preço do álcool. Na refinaria o gás também não subiu. Mas tem uns intermediários que, se puderem, chupam o sangue do povo, são verdadeiros vampiros do povo de baixa renda. Onde é que está a fiscalização? Cadê o PROCON? Um apelo nosso ao Ministério Público, Polícia Federal, que deveriam entrar em campo. É um cartel passa assaltar a economia popular, seja com preço da gasolina, você vai dormir e a gasolina está R\$ 2,29; acorda, está R\$ 2,49, R\$ 2,59; um dia depois cai para R\$ 2,30, R\$ 2,60. Tem dono de posto de gasolina que olha de cara feia porque nós criticamos. Vamos criticar mesmo. São poucos os proprietários de postos de gasolina que respeitam o nosso povo. Uma grande maioria está aí para fazer sacanagem, cobrando muito mais caro do que deveriam cobrar.

Tudo isso o que é que significa? Se o botijão de gás é mais caro, o combustível é mais caro, a comida chega mais cara para o trabalhador, o remédio chega mais caro, o transporte chega mais caro, então o povo acaba sendo prejudicado.

Enquanto isso, o Governo está adormecido. Adormecido não, hoje pela primeira vez o Presidente Lula pisou, e pisou bonito, no tomate. O Presidente estava no Nordeste, o povo reunido, para todos os efeitos aquilo era uma inspeção de obra do PAC, e a uma certa altura o Presidente Lula - eu ouvi o discurso do Presidente Lula hoje de manhã no Nordeste - sem querer o Presidente Lula disse: "Olha, eu nem sabia que a gente ia fazer um comício hoje aqui." Então ele acabou confessando que é um comício.

Presidente Durval Amaral, para o Sr. Presidente Lula ir fazer um comício no cargo de Presidente, ele usa vários aviões da Presidência da República, da Força Aérea, usa a tropa do Exército para afastar o povo, para não chegar perto, usa a Polícia Federal para garantir a segurança do Presidente e de todo mundo.

Fico imaginando quanto custa para o Presidente Lula, no cargo de Presidente, se deslocar para qualquer canto do País: custa milhões de reais uma viagem.

Agora, aqui no Paraná, um Prefeito pode ser afastado do cargo se sumir um apagador da escola. Uma licitação que o Tribunal entenda que não está correta, não que às vezes houve desvio de dinheiro, o Prefeito pode ser afastado do cargo, daqui a 10 anos, 15 anos, ele pode estar respondendo. A Câmara de Vereadores é a mesma coisa. Mas a lei é só para Prefeitos, para Vereadores, para Governadores. Deveria ser igual também para o Presidente da República.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

O Presidente Lula, um grande Presidente, tem grandes méritos, quer fazer campanha eleitoral, ele deve deixar o cargo, se afastar e, como cidadão, temos que respeitar o seu direito de apoiar essa ou aquela candidatura, ainda que a candidatura esteja naufragando, como a candidatura da Ministra Dilma Rousseff. Agora, usar o cargo da Presidência da República, volto a repetir, um deslocamento do Presidente Lula à Curitiba, Londrina, Ponta Grossa ou ao Noroeste, é uma mobilização tão grande. A equipe que vem antes são os precursores. Hotéis de luxo, jantares dos mais requintados, deslocamento, pagamento de diária. Essa mobilização toda não é com o dinheiro do PT, não é com o dinheiro do bolso da Ministra Dilma, ou do bolso do Presidente Lula, mas é o dinheiro que o povo paga de imposto no nosso País.

Ainda tem gente que diz: "Mas eu não pago imposto, pode usar o dinheiro do jeito que quiser".

Todo mundo paga imposto: na conta de luz tem imposto, na conta de telefone tem imposto no remédio tem imposto, no arroz, no feijão que o povo consome tem imposto, no gás de cozinha.

Então, esse dinheiro teria que ser melhor aplicado em benefício do povo.

Com muita honra concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Concordo com o senhor com relação a essas questões eleitorais.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Aliás, V. Exa. passou pela Prefeitura e sabe que tipo de lei é aplicada contra um ex-Prefeito.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

É verdade, mas o importante que isso já está acontecendo aqui no Paraná, já está havendo esses deslocamentos, também acontecendo da mesma forma que a Dilma está fazendo no Brasil, aqui no Paraná também está acontecendo isso: festas, aviões, discursos, jantares, candidaturas lançadas antes da hora. Está sendo uma festa danada.

Está de parabéns a questão das eleições aqui do Paraná. Nota 10. Já estamos em campanha, depois não dá nada, caixa 2. Está tudo em ordem, não é só a Dilma não. Aqui no Paraná o baile já começou faz horas.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Ok. Já vi candidato ser impugnado porque acho que deu lá um retratinho para o eleitor, botou uma gasolina. É crime eleitoral.

Não estamos aqui para defender o pequeno erro, não. Estamos aqui para dizer que a lei deveria ser igual para todo mundo. Se vale para o Vereador, para o Deputado, para o Prefeito, para o Governador deveria valer também para o Presidente Lula.

Estamos recebendo nesta tarde Dona Neloni, Dona Regiani e também os funcionários das escolas públicas do Paraná. Uma boa parte não pôde vir, porque evidentemente é dia de trabalho e se faltar é descontado no salário.

Amanhã é Dia do Professor. Entendo que o Dia do Professor poderia se chamar até Dia da Educação, porque faz parte do contexto. Uma boa escola é uma equipe: é o professor na sala de aula, é a merendeira, é a zeladora, é a diretora, é a funcionária da biblioteca, são os funcionários administrativos, são os auxiliares de serviços gerais, todos compõem o sucesso de uma boa escola.

Esse pessoal que está aqui amanhã nada vão comemorar, e é uma pena. Já dá quase para acender uma velinha num bolo e comemorar um ano que foi aprovada a Lei de Cargos, Carreiras e Salários para os funcionários das escolas públicas do Paraná. Que alegria, esta Casa, a galeria esteve lotada, abraços, e-mails agradecendo e, de repente, o que foi que aconteceu com aquela lei aprovada aqui por todos nós? O Sr. Governador Roberto Requião sancionou. Teve muitos funcionários de escolas que aplaudiram: “Assinou a nossa lei, agora vai melhorar o salário”.

Em média esse Plano de Cargos, Carreiras e Salários para os funcionários de escolas representam uns 30%, em média, a mais no salário.

Presidente Durval Amaral, como Deputado que ajudou a aprovar essa lei, é de responsabilidade de todos nós cobrarmos do Governador Roberto Requião que não fique apenas no papel, porque papel não paga conta de luz, telefone, farmácia, nem supermercado. Se é um direito adquirido e já está indo quase um ano que deveria estar implantado esse benefício na folha de pagamento das nossas escolas, queremos lamentar que até agora o benefício seja apenas uma fantasia, uma ilusão, porque na prática nada aconteceu de concreto. O que eles esperam é o pagamento.

Nosso apoio aos funcionários administrativos, aos funcionários e servidores gerais das escolas do Paraná e um apelo daqui ao Governador Requião, que já está perto de deixar o cargo, em abril. O senhor não vai mais ser Governador, vai sair, pleitear o voto de novo e com certeza o senhor, contemplando os servidores das escolas com esse benefício, com certeza eles terão gratidão no coração e saberão retribuir esse gesto de apoio concreto do Governador Requião, com voto necessário no ano que vem. Não que isso vá comprar a consciência de ninguém, mas o brasileiro, de um modo geral, carrega gratidão no coração.

Não é compra de voto, não é compra de favor, primeiro é um direito, é da lei, não é gentileza, não é caridade, é obrigação da autoridade fazer cumprir o que está na lei, o que está aprovado. Mais ainda, o projeto não foi vetado, foi sancionado pelo Governador.

Nosso apelo nessa tarde 14 de outubro, véspera do Dia do Professor, que volto a repetir, amanhã é o dia da educação, é o dia da escola que poderia ser melhor

comemorado pelos professores e professoras juntamente com os funcionários administrativos, com o pessoal de apoio e com os servidores de serviços gerais com o Governador Roberto Requião, colocando na folha de pagamento esses 30% que esse pessoal está perdendo já há quase um ano, porque se é lei, eles têm direito e merecem.

Obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Durval Amaral**)

No Grande Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores que nos acompanham pela TV Assembleia Deputado Antonio Belinati, vou começar pelo que V. Exa. acabou de falar: dinheiro para Educação. Acho isso muito importante. Uma pena que hoje, dia 14, daqui 16 dias, como todo mês, vamos pagar os 68 milhões que aquela quadrilha assaltou o Estado do Paraná. Agora, dia 30. Dia 30 todo sagrado mês, o Paraná paga o maior assalto à história de um banco, que era um banco que não devia nada para ninguém. E vai pagar agora, dia 30. Esta é a verdade.

Como daria para fazer obras no Paraná! Como daria para melhorar a vida de muita gente, se aquela quadrilha que passou por aqui não tivesse roubado tanto! É por isso que o Paraná tem dificuldades, hoje. Vamos mais longe. Vamos até 2029 pagando este verdadeiro assalto praticado contra nosso Estado.

Vi aqui se falar de pedágio - pedágio - desde o dia em que se lançou o pedágio e, desde o dia que alguém resolveu baixar o pedágio, lá atrás, para ganhar as eleições. Não preciso falar quem é que todo mundo sabe. Lá em 1998 um cidadão resolveu baixar o pedágio para dar o golpe eleitoral. Este é o estelionatário eleitoral. E deu certo. Ganhou as eleições baixando o pedágio. Passadas as eleições, o pedágio voltou à normalidade, se diminuí obras e do pedágio continua se falando, ações na justiça, vem outro Governo e diz que vai acabar com o pedágio e também não acaba e o pedágio vai continuar na discussão. Ele vem sempre, em período de eleição ele volta. Ele é sempre lembrado, não sei porque. É uma santa de pedágio, para salvar votos de alguém, porque ele sempre volta em época de eleições. O Jaime Lerner já usou lá, baixou o pedágio. Depois o Roberto Requião disse, que iria baixar e não baixou. E agora vem mais pedágio. E a luta continua. O pedágio vai continuar e assim por diante.

Mas, o Deputado Antonio Belinati falava hoje sobre situação eleitoral. E eu, vendo a Gazeta do Povo vejo a principal matéria: “Ministério Público isenta Richa, mas aponta caixa dois na eleição”. Ninguém compreendeu. Ninguém entendeu nada. Entre mortos e feridos, ninguém morreu. Está todo mundo salvo.

Ministério Público isenta Prefeito Beto Richa. E diz uma parte aqui me chamou atenção: “Prefeito de Curitiba, Beto Richa, não teve qualquer participação nas supostas irregularidades envolvendo dissidentes do PRTB durante a eleição municipal de 2008. No entanto, a campanha de reeleição do tucano Beto Richa, não declarou o dinheiro à Justiça Eleitoral, o que configura crime de caixa dois”.

Estas foram as principais conclusões do Procurador Regional Eleitoral, Dr. Néviton de Oliveira Batista Guedes. O Procurador não propôs as ações, arquivou as ações que pediam a cassação do mandato do Prefeito Beto Richa alegando que mesmo com caixa dois, não influenciou no resultado da eleição.

Então, vejam os senhores como é que estamos: admite-se que teve um caixa dois, não se sabe de onde veio o dinheiro, inocenta-se o maior favorecido e, por outro lado, manda-se prosseguir as investigações para achar um otário, para depois dizer que foi ele só quem arrumou o dinheiro. Para as pessoas entenderem: era um caixinha dois pequeno. Era coisa pequena. Era um ratinho bem pequeno, nada grave! Um caixinha que não deve nem se levar em conta. Não vamos nem discutir! Era um caixinha, beneficiou o Prefeito, mas o Prefeito não sabia. Então, não vamos discutir. Não vão para frente as ações e arquivam-se as denúncias. Isso diz o Procurador. E está muito claro que ele admite que houve caixa dois, mas diz que o caixa dois, não ajudou a ganhar a eleição. Então, o caixa dois não existiu, diz que não ajudou em nada e que é para seguir as investigações, mas que se retira o Prefeito de Curitiba, porque o Prefeito não sabia dessa suposição desse caixa dois, que na verdade era pequeno. Era um pequeno caixa dois.

Então, só para sabermos. O Deputado Belinati está certo quando diz que por muito menos do que isso alguns Prefeitos são cassados no interior. Por muito menos do que isso alguns Vereadores são denunciados, são cassados e perdem o direito da sua eleição. Então, vocês que estão acompanhando em casa e estão assistindo aqui, quando falo que há privilégios para os Prefeitos da Capital, mais uma vez está provado aqui. Prefeito de Curitiba mantém o status de sempre de se achar uma brecha para não condená-lo.

Então, só para fazer este registro, hoje, que está na Gazeta do Povo e que supostamente lá na frente vai aparecer alguém que pegou o dinheiro, vai aparecer algum condenado, alguém vai aparecer e vai ser culpado. Esse é o caso!

E, para finalizar, quando se fala em Segurança Pública, precisamos ter um pouco de cautela. Muitas pessoas estão preocupadas com a segurança e acho que todos nós estamos preocupados com a segurança, mas é preciso ter um pouco de cautela, porque me lembro que algum tempo atrás teve aqui um confusão na Assembleia envolvendo um caso em que uma mulher grávida levou um tiro na barriga em um assalto. Estão lembrados dessa história! Uma mãe grávida levou um tiro e essa notícia percorreu o

Brasil e o mundo: pobrezinha daquela mãe que levou um tiro que passou a tantos centímetros da criança que estava no seu ventre. Ouvi neste plenário, vários discursos, vi aqui verdadeiros discursos de fazer chorar, sinceramente, de fazer chorar. “Pobrezinha da mãezinha, os bandidos, veja como está a segurança, a segurança está uma esculhambação, falta isso, aquilo”. Foi um banzé. Deputado Pedro Ivo, passado o tempo a notícia é outra. A mãe que era a vítima, passou a ser a chefe da quadrilha que organizou, que preparou, que se submeteu a levar um tiro para pedir uma indenização. Está presa a mãe.

Mas, daí ninguém mais fala. Mas aquela mãe que deu discursos a alguns, aquela mãe não era santa, a mãe era autora do crime e hoje está presa.

Por isso quando se fala em Segurança Pública é preciso ter muita cautela, e se prestarmos atenção nos atos que estamos vendo, se pegarmos as estatísticas dos crimes, é só, quem acompanha o dia a dia da rádio sabe disso, se nós pegarmos o dia a dia dos crimes vamos perceber que muitos crimes que estão ocorrendo são crimes parecidos com esse dessa mãezinha, em que são planejados, ou que existe bandido matando bandido, e se faz um estardalhaço total. Mas, acho bom a vinda do Secretário para explicar muitas coisas, mostrar a nós Deputados o que está acontecendo.

Mas, a questão de Segurança Pública não é coisa do Paraná, é coisa do Brasil, e nós sabemos de onde vem, todo mundo sabe de onde vem esse grande problema da falta de segurança, essa dignidade social, e que todos discursaram, e até hoje ninguém resolve nada.

Era isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Durval Amaral**)

Horário das Lideranças. Pelo Partido dos Trabalhadores, Deputado Pedro Ivo.

Liderança do PT: Deputado Pedro Ivo

O SR PEDRO IVO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de comunicar a apresentação de um projeto de lei de minha autoria que depois de longo período de discussão com Audiências Públicas aqui, com audiência na Comissão de Agricultura, na comissão do bloco agropecuário, discussão com os produtores, com a OCEPAR, enfim, com organizações ligadas à cadeia do leite, e finalmente com uma discussão com o Governador Roberto Requião chegamos a um entendimento muito importante para o setor do leite. Trata-se de uma proteção para indústria do Estado do Paraná e para o produtor do leite do Estado do Paraná. O Estado de São Paulo mudou a sua legislação em que o leite produzido e industrializado em São Paulo tem o ICMS zero para o consumidor, e o leite que vem de outros Estados é 18% ao consumidor.

Com isso o leite do Estado do Paraná chega em São Paulo e não consegue competir por conta dessa questão tributária. O que São Paulo fez não é muito justo, sobre a ótica legal sim, sobre a questão moral não seria. O Estado de São Paulo produz apenas 26% do leite que consome. Grande parte do leite consumido em São Paulo vem de outros Estados. Com essa mudança na tributação as indústrias de São Paulo, passaram a recolher o leite a granel de outros Estados e industrializar esse leite para ter vantagem em relação as nossas indústrias. Outros Estados não estão conseguindo colocar o leite em São Paulo, e começam a desovar o leite longa vida aqui no Estado do Paraná e em outros Estado.

Com essa mudança no Estado de São Paulo, outros Estado começaram a fazer a mesma coisa, como uma forma de se proteger. Rio de Janeiro fez essa tributação como uma forma de se proteger do leite de Minas Gerais e do Paraná. Vínhamos discutindo com o Governo do Estado a possibilidade de mudarmos a nossa legislação. Onde o leite industrializado de São Paulo seria 0% de ICM ao consumidor final. E o leite de outros Estados passaria a 18% e protegeria a nossa indústria paranaense.

Depois de muitas discussões, envolvimento de muitos Deputados nas comissões, estivemos, na semana passada, com o Governador Roberto Requião e coloquei essa dificuldade e a necessidade de mudarmos a legislação. Antes, havia conversado com o Secretário Eron Arzua, junto com toda a sua equipe, se prontificou e entendeu a problemática.

Então, estamos encaminhando um projeto de lei baseado no acordo com o Governo do Estado, com a indústria do leite, com os produtores do leite e peço o apoio de todos os Deputados que possamos dar um trâmite na Casa junto a CCJ, enfim as comissões que irão tramitar esse projeto para que, o mais rápido possível, possamos mudar essa legislação como forma de proteger a nossa indústria. Nos últimos dois meses o preço do leite ao produtor despencou no Estado do Paraná em função da grande quantidade de oferta do leite de Santa Catarina e Rio Grande do Sul aqui no nosso mercado interno. O preço do leite chega ao produtor a partir do que o mercado varejista está aplicando. Se cai o produto no mercado varejista, cai o produto para o produtor.

É um prejuízo imediato aos produtores de leite do Estado do Paraná que vêm de um longo período com margens negativas dentro do setor. E agora com essa legislação de São Paulo continua caindo o leite aqui no Estado do Paraná.

Concedo um aparte ao Deputado Professor Lemos.

O Sr. Professor Lemos (PT)

Quero cumprimentar V. Exa. pelo trabalho que faz na defesa da agricultura, principalmente da agricultura familiar do nosso Estado. E neste projeto específico do leite é fundamental que este projeto seja vitorioso,

porque a vitória será de todos os paranaenses. Os produtores de leite do Estado do Paraná são responsáveis por uma injeção de recursos na nossa economia, que faz com que os pequenos e médios Municípios, do Estado do Paraná, se preparem para o dia do pagamento do leite, por exemplo, para receber esse recurso que é injetado na economia do Estado do Paraná. Então, parabéns pelo projeto! Tem todo nosso apoio.

Quero aproveitar este espaço para convidar todos os Deputados aqui desta Casa e, também, quem está nos assistindo pela TV SINAL, amanhã, às 14h, vamos fazer uma Audiência Pública, aqui na Assembleia, para tratar da saúde dos servidores públicos. O SAS, que é o Sistema de Saúde que atende o servidor público do Estado do Paraná, não está atendendo a contento. Veja a região de V. Exa., a região de União da Vitória. Então, há um clamor no Estado do Paraná para regular de forma diferente esse sistema, para que os nossos servidores e servidoras do Estado do Paraná, tenham de fato atendimento público na área da saúde, que possa ser um atendimento de qualidade e que possa ser descentralizado. Então, este debate será feito amanhã, aqui, às 14h.

Amanhã é o Dia do Professor. Então, vai ser um dia de luta da educação do Estado do Paraná. Às 9h da manhã, há uma concentração na frente do Palácio e vamos contar com representação de todos os 29 núcleos da APP. Queremos conversar com o Governador do Estado, para fazer com que a nossa pauta de reivindicação da educação seja pauta do Palácio e que possa ser tratada e, mais do que tratada, respondida a contento e atendidas as reivindicações quais sejam, por exemplo: pagar o que o Estado deve aos professores e funcionários de escola que ainda não foram pagos. Tem dívida, de um ano atrás que precisa ser paga. Tem também outras reivindicações que estão na pauta do dia de amanhã. Então, aproveitamos esse espaço da liderança e que V. Exa. nos concede, para convidar todos os Deputados e Deputadas para participarem do ato, às 9h, em frente ao Palácio e, também, aqui na Assembleia Legislativa, amanhã, às 14h.

Obrigado!

O SR. PEDRO IVO (PT)

Seria isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Contamos com o apoio de todos que possam fazer com que este projeto tramite, o mais rápido possível, dentro desta Casa, para que possamos proteger a indústria do setor da cadeia do leite, aqui no Estado do Paraná, bem como aos produtores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Durval Amaral)

Liderança do PSDB. Liderança do PDT.

(Declinam)

Liderança do PMDB. Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Liderança do PMDB: Deputado Luiz Eduardo Cheida

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, nobres Pares.

Hoje pela manhã, a convite da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, fizemos acontecer aqui na Assembleia Legislativa, uma Audiência Pública a respeito do Aterro do Caximba, a pedido da Deputada Rosane Ferreira que, há cerca de 90 dias, formulou esse pedido na comissão, e então, numa convocação ampla, acabamos tendo hoje, Sr. Presidente, quase 150 pessoas aqui discutindo sobre esse tema.

Vieram vários Deputados, a própria Deputada Rosane, os Deputados Tadeu Veneri, Strapasson, Reni Pereira, Litro, Dr. Batista, Péricles, Belinati, o Duílio, enfim, uma presença muito grande. Vieram também Prefeitos, o Prefeito Presidente da ASSOMECA, Edson Basso, outros Prefeitos aqui presentes, me permitam não nominar a todos, Vereadores de Curitiba e da Região Metropolitana, e muita gente. Foi convidado também o Ministério Público, na pessoa do Dr. Robertson, do Centro de Apoio Operacional às Promotorias do Meio Ambiente; também o IAP, na pessoa da Dra. Ana Cecília, e a Coordenadora do Consórcio Intermunicipal da Região Metropolitana de Resíduos Sólidos, a Dra. Marilza, e também o Presidente da MINEROPAR, Eduardo Salamuni.

Durante quase quatro horas debatemos aqui a questão do Aterro do Caximba, e algumas coisas foram ficando evidentes. Primeiro, que o problema não se restringia apenas ao Aterro do Caximba. Até o próprio Presidente do IAP, em uma manifestação pública, há um tempo, chegou a dizer que o aterro de Ponta Grossa, ainda em discussão, em licitação, era o seu plano B para o Aterro do Caximba. Ou seja, tirando o problema da esfera da Região Metropolitana e colocando em outras região também.

Aterros em Mandirituba, em Itaperuçu, em Balsa Nova, atestam que não é só o problema de Curitiba ou da Região Metropolitana, mas a questão dos resíduos tem se transformado em um problema mais sério do que imaginamos. Primeiro porque, obviamente, como sabemos, é um setor que atrai o interesse de empresas cada dia mais. O reciclado, ou reciclável, tem voltado à cadeia produtiva com preço, como matéria-prima, seja o pote de margarina, seja qualquer outro papel, simplesmente, ou plástico, mas ele tem retornado à cadeia produtiva e com valor. Isso atrai o interesse de muita gente. E ao atrair o interesse de muita gente é polêmico, porque são empresas com muito poder que disputam a questão dos resíduos. Mais do que isso, todos sabemos que a geração de energia que alguns aterros, se tiverem escala, são propensos a ter. E isso foi debatido.

Mas, o mais importante de tudo isso foi que a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente botou o dedo nessa questão representando a Assembleia Legislativa,

apesar que por duas ocasiões, nesta legislatura, discussões similares aconteceram aqui, uma delas comandada pelo Deputado Tadeu Veneri, agora no último mês de maio, mas mostrou que a Comissão de Meio Ambiente está para valer nessa discussão. Discussão essa que não são rosas, tem muito espinho por aí, muita denúncia, hoje apareceu por aqui, e que a comissão está disposta a encerrar, investigar, gestionar até onde a sua competência legal e as suas atribuições permitirem. Até onde o Legislativo Estadual estiver disposto a ir, nós iremos para fazer as diligências necessárias para esclarecermos essa questão.

A segunda coisa é que o Aterro do Caximba está com os dias contados há muitos anos e precisamos de uma outra área. Isso não é novidade para ninguém. Mas, a decisão sobre uma outra área implica em algumas questões: uma delas é referente à questão do licenciamento, onde o IAP analisa a tecnologia empregada, analisa o local onde será colocado o futuro aterro e, muitas vezes, o Judiciário é chamado para arbitrar.

Para se ter uma ideia do que digo, nobres Pares, um dos locais teve 30 mandados de segurança, judiciais, 30. Um dos mandatos ainda está em curso para dirimir um local alternativo ao Aterro do Caximba. Agora, temos em Curitiba uma área com licenciamento prévio já em andamento, Fazenda Rio Grande com outra e Mandirituba, que não tem ainda, porque há uma lei municipal que impede que lixo de outros locais venha para aquele Município.

Mas, um segundo problema foi colocado aqui e que é também de extrema importância: se há um consórcio, qual é a obrigação dos consorciados? O Município deve ou não fazer a reciclagem na origem do lixo para poder participar de um aterro sanitário coletivo? Porque até como atesta qualquer estudo feito no mundo, não só no Brasil, quando há uma reciclagem na origem, o lixo vertido ao aterro chega a ser 85,84% a menos do que quando não é feito. Se isso tivesse sido feito em Curitiba, no Aterro do Caximba, há 20 anos, que é a idade que ele completa agora neste mês de outubro, onde tem lá 11 milhões de toneladas de lixo armazenado, se tivesse sido feita uma reciclagem na origem, para o Município participar, ele teria que obedecer a um protocolo. Cada ano 5% de reciclagem no primeiro ano 5%, no segundo 10 e assim por diante, teríamos hoje o Aterro do Caximba, com mais de 20 anos de durabilidade, no mínimo.

Dizer que a Comissão de Meio Ambiente fez hoje a sua lição de casa. A próxima conversa será em Ponta Grossa, por provocação do Deputado Péricles, onde discutiremos o aterro que está sendo feito lá.

Concedo um aparte ao Deputado Edson Strapasson.

O Sr. Edson Strapasson (PMDB)

Cumprimentar o Deputado Cheida pela magnífica Audiência Pública que tivemos hoje, em uma boa participação popular, com representantes de diversas esferas de Governo. Falo sobre o lixo metropolitana, que é uma questão que precisamos dar uma orientação, um rumo definitivo.

Recordo-me do tempo em que fui Prefeito, na gestão de 1993/1996, e já naquela época se falava na implantação do Aterro Norte e Sul, as estações de transbordo. Posteriormente, na condição de Secretário Especial da Região Metropolitana, no mandato anterior do Governador Requião, onde V. Exa. era o Secretário do Meio Ambiente do Estado, pudemos desenvolver diretrizes para buscar locais próprios, para que ali pudéssemos planejar e projetar aterro sanitário. É evidente que um dos cuidados que sempre tomamos foi proteger os mananciais, especialmente o nosso manancial subterrâneo.

Fiquei surpreso pela forma como está sendo encaminhada a questão da liberação da licença prévia e licença de instalação do Aterro de Itaperuçu, onde tivemos cento e poucas pessoas que aqui vieram manifestar o seu reclame, não concordando com a forma, sem qualquer Audiência Pública ou discussão, sem o EIA-RIMA.

Estamos propensos e quero parabenizá-lo por acaatar essa orientação, esse clamor da população. Agradecer pela oportunidade que tivemos no momento seguinte, de discutirmos com a maior profundidade essas questões.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Obrigado, Deputado Strapasson.

Concedo um aparte ao Deputado Tadeu Veneri, nestes 30 segundos que me restam.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Obrigado, Deputado Cheida.

Vou usar na próxima Sessão o horário do partido. Apenas deixar registrado, primeiro, a satisfação de ter participado da Audiência Pública hoje. E a surpresa que eu, V. Exa. e os demais que estavam aqui certamente também tiveram com a informação dada pelo IAP, que determinados espaços para receber resíduos até 80 toneladas não precisam passar pelo processo de licenciamento com o EIA-RIMA, ou seja, com as Audiências Públicas.

Acredito que esse seja um tema que teremos de debater para reverter, se for o caso, no Paraná, esse tipo de resolução, porque é um absurdo. Hoje é permitido que se coloque lixo em qualquer lugar, desde que seja dentro desse limite.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Sr. Presidente, agradecer a benevolência de V. Exa. e dos demais Pares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Durval Amaral)

Bloco PPS/PMN; Democratas.

(Declinam)

Bloco PSB/PRB/PV. Com a palavra o Deputado Edson Praczyk.

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, senhoras e senhores, telespectadores.

Nesses 10 minutos que me são permitidos, por causa do Bloco Suprapartidário desta Casa, abordei três assuntos.

Primeiro, enaltecer, demonstrar o meu voto de louvor, parabenizando a iniciativa da Prefeitura de Curitiba. Porque hoje me chegou às mãos um jornal da Região Metropolitana, que falava de toda a articulação administrativa do Prefeito e de seus Secretários sobre o assunto lixo tecnológico. O Deputado Cheida que me antecedeu, que é um dos maiores renomes na área de defesa do meio ambiente, também inúmeras vezes abordou essa preocupação e tem fomentado permanentemente esse cuidado da Assembleia Legislativa em interagir com o tema.

Eu, mais do que óbvio, teria que ocupar a tribuna, para parabenizar a iniciativa da Prefeitura de Curitiba, em estar discutindo o tema, planejando e finalmente implantando um mecanismo que dê destino final ao lixo tecnológico. Faço isso porque este Parlamentar que vos fala é autor de uma lei, no Estado do Paraná, que trata do assunto. Bem antes deste tema estar tão no auge, a iniciativa do Prefeito vem ao encontro da lei estadual, que certamente amparará as decisões do Governo Municipal.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no dia 15 comemoraremos o Dia do Professor. Eu não poderia deixar passar em branco essa oportunidade, primeiro, porque sou casado com uma professora e tenho que prestar a homenagem àquela que, em especial, se destaca na área educacional na minha vida. Obviamente extensiva essa homenagem à professora com quem sou casado, homenagear todos os professores, na pessoa do Professor Lemos, nosso Deputado. Que esses parabéns sejam abrangentes a todos os professores do Estado do Paraná. Mas, em especial, quero também prestar as minhas homenagens a um professor, que exerce essa atividade, na maior parte das vezes de forma voluntária, da escola dominical de todas as denominações, de todos os segmentos religiosos que adotam essa atividade. Meus parabéns a você, que instrui segundo o que a própria Bíblia Sagrada defende, que ensina à criança o caminho em que ela deve andar e depois de velha não se desvia dele. Minha homenagem também a esse grupo de professores voluntários, que são os professores das escolas dominicais das diversas denominações.

Por fim, dar a minha opinião a um debate que se desencadeou na data de ontem sobre a gafe da assessoria governamental, que ao redigir a Lei Antifumo, se equivocou. Ao invés de terem colocado 18 anos, colocaram 16 anos. Quero dizer que anterior a essa lei existe uma lei de

nossa autoria, a Lei n° 16212, de 17 de agosto de 2009. Friso novamente, lei anterior à tão polêmica Lei Antifumo, que no seu artigo 2°, no parágrafo 5°, teve o equívoco de ser redigido errado.

A minha lei, modéstia à parte, além de correta a redação, ela é tão ou mais abrangente do que a lei que foi sancionada pelo Governador. Lei de n° 16239, de 29 de setembro de 2009.

Ora, a lei sancionada pelo Governador diz assim:

(Lê):

SÚMULA:

Dispõe que os estabelecimentos comerciais no Estado do Paraná que vendam à menores cigarros, bebidas alcoólicas e produtos que possam causar dependência química, sofrerão as seguintes sanções que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1° Os estabelecimentos comerciais no Estado do Paraná que vendam à menores cigarros, bebidas alcoólicas e produtos que possam causar dependência química, sofrerão pelos órgãos de fiscalização do Poder Público as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

III - cassação da Inscrição Estadual.

Art. 2° O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 3° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Contemplando assim a intenção da lei que foi equivocadamente redigida com 16 anos ao invés de 18 anos.

Portanto, desde o dia 17 de agosto, já existe uma lei que fala nesse assunto e cuidadosamente nós, na nossa redação, a minha assessoria que está de parabéns sempre, colocou a menores com base na Constituição Federal, que estou me referindo a menores de 18 anos.

O Sr. Chico Noroeste (PR)

Primeiro, quero parabenizar V. Exa. pelo pronunciamento. E quero me somar no que se refere aos professores. Amanhã comemoramos o Dia dos Professores, os mestres. E gostaria de cumprimentar a todos, porque o papel do professor é muito importante para o nosso País. Os pais exercem uma nobre missão, que é de ensinar e educar os filhos, e os professores exercem essa função multiplicadamente, ao ensinar os filhos de todos os brasileiros. Portanto, a contribuição dos professores é muito boa, porque contribui na formação educacional, espiritual e moral das pessoas.

Portanto, quero aqui cumprimentar todos os professores, dizer da minha solidariedade, do nosso apoio. E que deve ser uma preocupação constante, não somente dos Governantes, mas também da sociedade em proporcionar melhores condições de vida, salários e até mesmo de trabalho para os professores do nosso Estado e do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Muito obrigado.

Quero ressaltar que ainda aguardo o encaminhamento da questão de ordem para que se produzisse, através do COPELEGIS, um estudo sobre o que é adequado usar na redação dos projetos e consequentemente das leis desta Casa, se súmula ou emenda. Porque esta lei em questão, de nossa autoria, traz no seu texto o termo súmula, como bem todas as demais leis relacionadas no site do Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Durval Amaral)

Liderança da Oposição.

(Declina)

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação n° 904/09, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a ampliação do quadro clínico do SAS na região administrativa da AMUNPAR - Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná, com sede na Cidade de Paranavaí. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Pedro Ivo, com apoio do Deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Deputados Durval Amaral e Ney Leprevost, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 5029, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 07 do mês corrente, devido a compromissos inerentes a condição de Presidente da Comissão de Saúde, conforme previsto no Regimento Interno desta Casa Legislativa. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 5043, de autoria do Deputado Artagão Junior, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 07 de outubro do corrente ano, em virtude das comemorações do Sesquicentário da Comarca de Guarapuava. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 5063, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, constante do expediente, requerendo a antecipação da Sessão Ordinária do dia 15 de outubro (quinta-feira), para logo após o término da Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 066/09, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que concede título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Pastor Pio Francisco de Carvalho. **Aprovada. (Publ. no DA nº 013/09, de 04/03/09, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 346/09, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Cianorte, com sede e foro no Município de Cianorte. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 346/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Cianorte - APMIF de Cianorte, com sede e foro no Município de Cianorte.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 06/10/09.
(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 135/09, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, que dispõe sobre a proibição de exigência da contratação de provedor para permitir o acesso à internet banda larga. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 448/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 068/09, que autoriza o Poder Executivo a denominar de Doutor Victor de Almeida Barbosa, o Hospital Geral de Telêmaco Borba. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 487/09, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que declara de utilidade pública o Instituto VIDA - Desenvolvimento Humano Integral e Inclusão Social de Curitiba, com sede e foro na Cidade de Curitiba. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.**

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Aprovada a emenda.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 494/09, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, que declara de utilidade pública a Associação de Capacitação da Mulher e Centro de Educação Infantil Anita Correia, com sede e foro na Cidade de Londrina. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 018/09, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas dos Srs. Deputados, referente ao mês de setembro de 2009. Resoluções nºs 003/04 e 003/09. **COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 508/09, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Cerro Azul - APRACA, com sede no Município de Lindoeste e foro no Município de Cascavel. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovada. (Publ. no DA nº 110/09, de 22/09/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 508/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei objetiva declarar de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Cerro Azul - APRACA, com sede no Município de Lindoeste, a fim de possibilitar o seu crescimento e desenvolvimento, haja vista sua grande contribuição social, cultural, desportiva e econômica.

Fundamentação

Atendendo as atribuições dispostas no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, compete à Comissão de Constituição e Justiça, inicialmente, a análise acerca da constitucionalidade, legalidade, legitimidade, bem como da técnica legislativa abarcadas por este projeto de lei. Desta feita, considerando-se que o projeto, ora em análise, está em plena consonância com o disposto na Lei nº 6994/78, posteriormente pela Lei nº 8589/87, não há que se falar em empecilho que obste sua normal tramitação.

Ressalte-se, ainda, quanto à técnica legislativa, que há plena conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Em face do exposto, somos de análise favorável à regular tramitação do projeto de lei ora apresentado.

Sala das Comissões, em 06/10/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 509/09, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de utilidade pública a Comunidade Terapêutica - Missão Shalon, com sede e foro no Município de Piraquara. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 111/09, de 23/09/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 509/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei objetiva declarar de utilidade pública a Comunidade Terapêutica - Missão Shalon, com sede no Município de Piraquara, a fim de possibilitar o seu crescimento e desenvolvimento, haja vista ter, como finalidade precípua, a recuperação e reintegração à sociedade de pessoas dependentes de substâncias psicoativas, desenvolvendo suas atividades sem discriminação de raça, cor ou religião.

Fundamentação

Atendendo as atribuições dispostas no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, compete à Comissão de Constituição e Justiça, inicialmente, a análise acerca da constitucionalidade, legalidade, legitimidade, bem como da técnica legislativa abarcadas

por este projeto de lei. Desta feita, considerando-se que o projeto, ora em análise, está em plena consonância com o disposto na Lei nº 6994/78, posteriormente pela Lei nº 8589/87, não há que se falar em empecilho que obste sua normal tramitação.

Ressalte-se, ainda, quanto à técnica legislativa, que há plena conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Em face do exposto, somos de análise favorável à regular tramitação do projeto de lei ora apresentado.

Sala das Comissões, em 06/10/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 518/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que declara de utilidade pública o Instituto AMA - Associação Mantenedora de Apoio a Criança de Risco de Câncer, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 113/09, de 28/09/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 518/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, tem por objetivo declarar de utilidade pública o Instituto AMA - Associação Mantenedora de Apoio a Criança de Risco e de Câncer, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da emenda em anexo.

Sala das Comissões, em 06/10/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 518/09

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Aditiva, para que a súmula do projeto tramite com a seguinte redação:

Súmula: Fica declarada de utilidade pública estadual o Instituto AMA - Associação Mantenedora de Apoio a Criança de Risco e de Câncer, com sede e foro no Município de Curitiba.

Sala das Comissões, em 06/10/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Durval Amaral)

Sobre a mesa, Requerimento n° 5039, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 5028, de autoria do Deputado Plauto Miró, constante do expediente. Rejeitado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Muito provavelmente vou utilizar o requerimento, mas queria que o Deputado Plauto pudesse analisar o teor do anexo do requerimento, porque esse documento não pode ser documento oficial da Assembleia Legislativa. Até penso que o tema possa ser discutido e debatido, mas transformar isso em requerimento aprovado pelo Plenário da Assembleia Legislativa é um despropósito, porque são feitas algumas imputações aqui numa carta aberta e estamos funcionando de forma regular os organismos policiais ou judiciários.

Pediria a V. Exa., Deputado Plauto, que pudesse retirar e analisar melhor essa carta aberta antes de enviá-la como requerimento.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, é uma carta direcionada à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Quando do pronunciamento que fiz na tribuna, deixei bem claro, é uma carta assinada, tem autor essa carta aberta e foi encaminhada a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Sabedor da forma do Governador do Estado agir, estamos encaminhando essa carta que chegou para que vá para as mãos do Governador, para que ele possa ter esses dados que são encaminhados nessa carta aberta e que possa decidir o que fazer. Se é verdade ou não, não sei. Mas é uma forma de poder informar o Governador, ele que teve sempre, perante a opinião pública do Paraná, uma postura investigatória, sempre cobrando irregularidades que possam existir.

É uma contribuição que a Assembleia Legislativa do Paraná está dando. Se ele acha que isso não é verdade, naturalmente ele não tem que dar resposta nenhuma a ninguém. Mas, estamos fazendo aquilo que acho que é o correto, que quando chega uma denúncia assinada, temos que encaminhar a ele, mandatário maior, para que possa saber aquilo que estão falando do seu Governo, do seu Secretário, do seu Presidente do IAP.

E mais, Sr. Presidente, quero dizer que na próxima Sessão, hoje não dá mais tempo, vou encaminhar ao Ministério Público também um ofício, para que o próprio Ministério Público possa, se achar correto, investigar isto que esta carta está trazendo neste momento. Acredito que não tenha nada de mais. Estamos meramente pedindo para que aquela carta, que foi distribuída a esta Casa, possa chegar à mão do mandatário maior, que é o Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, fiz uma questão de ordem e queria encaminhar, porque penso o seguinte: a Assembleia Legislativa tem que - de forma bem objetiva - analisar os documentos que são votados. No requerimento do Parlamentar Plauto Miró Guimarães, anexo a ele, há uma carta aberta à Assembleia Legislativa, onde um cidadão, a pessoa que assina, Leonardo Aguiar Morelli, que se intitula secretário geral, não sei exatamente do quê, mas faz uma série de denúncias. Levanta, inclusive, suspeita de assassinato na morte do Juiz João Luiz Cleve Machado, que faleceu recentemente na Fazenda Rio Grande; fala da máfia do lixo, fala da questão de licenciamentos ambientais.

O que ocorre? Penso que a Assembleia Legislativa não pode endossar. A Assembleia recebeu esta carta aberta. Recebida, obviamente cada um dos Parlamentares vai ler o teor. Não estou nem falando como Líder do Governo, vou falar como Parlamentar. Aprovamos um requerimento de uma denúncia, mas também este Plenário está aprovando este requerimento, e o teor do que está sendo dito em anexo, estamos aprovando, claro que sim.

Quero dizer o seguinte: penso que o Deputado Plauto Miró Guimarães, como Parlamentar, pode enviar via fax, e-mail, da forma que ele entender como correta, a informação para o Governador, para o Ministério Público, para o Presidente da República, para o Secretário da Segurança, para o delegado de Polícia, para o Presidente do Tribunal de Justiça. Agora, as deliberações do Plenário da Assembleia Legislativa devem ser feitas em temas que são correlatos àquilo que, na minha avaliação, não se põe de uma forma tão leviana no papel, questões iguais a desta natureza, que estão aqui.

Quero pedir para rejeitar o presente requerimento. Penso que a Mesa não deveria receber o requerimento, mas isto é uma decisão de V. Exa. Quero encaminhar pela rejeição do presente requerimento, por considerá-lo não em conformidade com o que prevê nosso Regimento. Ele não tem nenhum amparo do ponto de vista regimental, até para ser deliberado. Mas, em V. Exa. decidindo por deliberá-lo, quero pedir aos Parlamentares para que votem com a expressão “não”, porque penso que, efetivamente, não tem condições de ser votado por esta Casa Legislativa.

Era isto.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, discordo do Líder do Governo, até porque ele está equivocado.

O Deputado Plauto Miró Guimarães está encaminhando ao Governador para conhecimento. E hoje pela manhã este Poder Legislativo fez uma Audiência Pública, esta denúncia se tornou pública neste evento oficial, que era presidido pelo Deputado Luiz Eduardo Cheida. O Deputado Plauto Miró Guimarães deixou bem claro, não está dizendo que isto aconteceu, não está endossando a denúncia. Ele está encaminhando ao Governador uma denúncia que foi feita numa Audiência Pública deste Poder Legislativo. Agora, são sérias? São sérias. E o que ele pede, ele levanta uma série de hipóteses, inclusive em relação à morte deste Juiz, e pede a intervenção da Polícia Federal.

A quem compete? Se é ao Ministério Público ou ao Governador eu não sei, mas o que não podemos é sequer encaminhar. Pode ser encaminhado via fax, mas não vejo problema algum em ser aprovado o requerimento, até porque o Deputado Plauto Miró faz parte do Poder Legislativo, a quem compete fiscalizar o Executivo, e uma das denúncias que ele faz aqui é em relação a órgãos e principalmente a líderes de órgãos ambientais do Paraná, que estariam cometendo crimes no licenciamento ambiental.

Não estamos aqui endossando a denúncia. Estamos encaminhando uma denúncia que foi feita em uma Audiência Pública para que o Governador tome conhecimento e depois faça o que quiser. Não é nenhuma CPI, mas acho que não assiste razão os argumentos do Líder do Governo. Não precisa ter susto, não precisa ter medo, até porque se o fantasma não existir, não precisa correr dele. Vamos encaminhar e o Governador que tome conhecimento disso de uma maneira oficial.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para Encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, queria encaminhar contrariamente ao requerimento, pelos seguintes motivos. Essa carta realmente veio à mão de todos os que estiveram hoje na Audiência Pública sobre o lixo, e quem assina, o autor da carta foi à tribuna e fez as denúncias - algumas que nem estão aqui - e depois foi embora, deixou o plenário. Praticamente todas elas foram respondidas e, claro que o interessante seria ele ter ficado para ouvir, para contestar e o debate se estabelecer, mas ele deixou o plenário.

Então, talvez não estejamos tratando com o devido peso a falta de seriedade com que esta carta chegou ao Legislativo. É claro que todas as questões que foram colocadas aqui, que eventualmente possam ser objeto de investigações e inclusive o próprio encaminhamento da Audiência Pública se propôs a encaminhar todas, e acabei de falar isso da tribuna, mas não vejo motivo para que recebamos isso como algo que seja de

denúncia formal e mandar ao Governador. O Deputado Plauto pode fazer isso pelo seu gabinete, sem problema nenhum. Agora, já recebemos essa carta pela Audiência Pública e foram dadas as respostas e o missivista não ficou para observar as respostas.

Então, acho que não vale a pena. Estamos discutindo sobre uma questão que não tem a importância devida por conta disso e vamos fazer o encaminhamento oficial sobre uma questão absolutamente abstrata aqui.

Por isso, gostaria de encaminhar contrário ao requerimento.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Quero encaminhar favoravelmente à aprovação do requerimento, porque se trata de uma denúncia de um cidadão paranaense. Ninguém aqui está afirmando que essas denúncias realmente são corretas, ou que elas realmente existam, mas por outro lado é uma obrigação do Parlamentar, uma obrigação da Casa, da Assembleia Legislativa, de investigar, porque somos fiscalizadores. E o que o Deputado Plauto está fazendo é, na verdade, encaminhar à autoridade máxima do Estado para que ele também tome as suas devidas providências, assim como a Assembleia deve fazer.

Nós pretendemos encaminhar também um requerimento à Comissão de Meio Ambiente da Assembleia, mas acho que não tem nada demais aprovarmos esse requerimento, que é, na verdade, um encaminhamento de um Parlamentar ao Poder Executivo. Não tem nada de mais.

Era isso.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Acho que o show já deu, Sr. Presidente! O show já foi feito e atingiu o seu objetivo, que era fazer este espetáculo! Outro dia o Burko esteve aqui e vi Deputados fazerem de tudo, elogiaram o cara, tem que perguntar para alguns Deputados o que é isso aqui. Todo mundo entendeu o que eu quero dizer? Todo mundo fez isso. E agora, por uma coisinha dessas, o Secretário veio aqui, fez tudo, respondeu, saiu nos braços de todo mundo. Se tem uma denúncia, o Deputado Plauto que o elogiou também, o senhor não elogiou ele?

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)

Eu não estava presente no dia.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Então o senhor leva lá para ele o requerimento e coloca para ele. Então, acho na verdade que o espetáculo já foi dado, o show já foi feito. E acho que o Deputado Romanelli tem razão, não tem que perder tempo. Amanhã eu vou trazer uma denúncia aqui também, vou trazer umas denúncias de caixa dois de eleição, vou começar a

trazer, daí vou começar a provar também, vou trazer documentos dizendo: olha, lá em Ponta Grossa soube de um caixa dois. Vou trazer aqui, a Assembleia vai provar, daí vou mandar para o TRE para investigar. Eu vou começar a fazer isso: Lá num jantar que teve em Ponta Grossa 500 pessoas participaram e só 10 prestaram contas para o Tribunal. Poderia fazer uma denúncia aqui.

Então, Sr. Presidente, peço encaminhamento contrário, porque acho que temos mais coisas importantes para fazer aqui na Casa, porque senão daqui a pouco vai começar todo mundo fazer denúncia aqui, eu vou trazer uma, outro vai trazer outra, vai virar uma esculhambação. Mas todo mundo entendeu o que eu disse sobre o Secretário: ele veio aqui e todo mundo: “oh!”

O SR. PRESIDENTE (**Durval Amaral**)

Respondendo a questão de ordem siscitada pelo nobre Deputado Romanelli, esta Presidência recebe esse requerimento, tanto é que já está devidamente encaminhado por vários Srs. Deputados.

Vou submeter a voto o requerimento.

Está encerrada a discussão. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários que se manifestem.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Queria pedir votação no painel, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Durval Amaral**)

Verificação de votação. Votação no painel. Será procedida a votação no painel. Deputados que forem favoráveis a aprovação do requerimento votam com a expressão SIM; os Deputados contrários ao requerimento, subscrito pelo Deputado Plauto, votam com a expressão NÃO.

Em votação.

Trinta Deputados votaram: nove com a expressão SIM, 20 com a expressão NÃO.

Está rejeitado o requerimento.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)

Só comunicando que vou encaminhar esta carta, já que não foi possível pela Assembléia Legislativa, fazer chegar essa informação às mãos do Governador. Vou encaminhar para oficialmente, daí pela Assembleia.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Durval Amaral**)

V. Exa. tem legitimidade para tanto.

Requerimentos nºs 5040 a 5042, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4981, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4963 a 4980, 4982 a 5009 e 5011 a 5025, de autoria do Deputado Alexandre Curi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 5030 a 5035, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 5044, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 5026, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra antecipada do dia 15 (quinta-feira), conforme requerimento aprovado de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 308, 327 e 465/09.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 487/09.

2ª DISCUSSÃO - dos Projeto de Lei nºs 508, 509 e 518/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 514 e 517/09.

Levanta-se a Sessão.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 123

117ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....35

Presenças.....35

Abertura da Sessão35

Expediente:

Requerimentos.....36

Pequeno Expediente:

Dep. Tadeu Veneri36

Dep. Professor Lemos38

Dep. Antonio Belinati.....39

Horário das Lideranças:

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri 37

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 39

Discussão/Votação

Redação Final..... 39

3ª Discussão 40

2ª Discussão 40

1ª Discussão 40

Encerramento da Sessão 41

Publicações:

Comissão de Constituição e Justiça

Extrato 41

DIÁRIO Nº 123

117ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 117ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2009

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Durval Amaral, secretariado pelos Srs. Deputados Teruo Kato e Fernando Scanavaca.

Presenças:

Às dezessete horas e cinquenta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielese, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz

Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Mario Roque, Mauro Moraes, Neivo Beraldin, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Wal-dyr Pugliesi (41).

Ausentes os Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Ademir Bier, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Miltinho Pupio e Nereu Moura (10).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Luiz Nishimori e a Sra. Deputada Beti Pavin (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão, antecipada do dia 15 (quinta-feira), conforme requerimento aprovado, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Durval Amaral**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 5046

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a formação nesta Casa de Leis de uma Frente Parlamentar em Defesa da Redução da Jornada de Trabalho para 40 horas semanais, composta por 9 membros.

Sala das Sessões, em 14/10/09.

(a)TADEU VENERI

Apoiamento:

Waldyr Pugliesi, Luiz Claudio Romanelli, Duílio Genari, Chico Noroeste, Luiz Accorsi, Jocelito Canto, Pedro Ivo, Professor Lemos, Caíto Quintana, Luiz Eduardo Cheida, Edson Strapasson, Marcelo Rangel, Cida Borghetti, Antonio Belinati, Durval Amaral e Elton Welter.

JUSTIFICATIVA:

A redução da jornada de trabalho semanal é luta histórica do movimento sindical internacional bem como de todos os partidos operários e revolucionários.

No Brasil, importante conquista foi a Constituição Federal de 05/10/88 que reduziu a jornada de 48 para 44 horas semanais.

Na atual conjuntura internacional, a luta pela redução da jornada de trabalho deixa de ser uma bandeira apenas dos movimentos sociais para passar a ser uma luta, inclusive, de diversos setores da economia.

Diariamente são extintos postos de trabalho sem perspectivas de restabelecimento dos mesmos.

Reduzir jornada para criar novos empregos deve ser também uma demanda como forma de oxigenar o mercado de trabalho com novos atores no processo de produção.

Por outro lado, a automação da indústria e dos serviços, afasta a exigência de longas jornadas de trabalho como ocorria no período da Revolução Industrial e no processo de industrialização do Brasil.

As novas tecnologias devem buscar a redução do trabalho humano e a melhoria da saúde do trabalhador, sem que haja desemprego.

As inovações tecnológicas feitas pelos trabalhadores devem estar a serviço da classe trabalhadora, portanto, menor deve ser a jornada de trabalho e as exigências em relação aos trabalhadores.

A luta pela redução da jornada para 40 horas semanais ganha força em todo o Brasil e Assembleia Legislativa do Paraná não pode se omitir neste processo.

A criação da Frente Parlamentar em Defesa da Redução da Jornada de Trabalho para 40 Horas Semanais em muito contribuirá no debate sobre o tema.

É preciso que toda a sociedade se mobilize para efetivar as mudanças constitucionais e legais para viabilizar a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Durval Amaral**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Deputado Reni Pereira, a seu pedido venho a esta tribuna, inclusive para falar um pouco do que foi a Audiência Pública, mas com uma única finalidade. Como tivemos uma Sessão anterior e não foi possível fazer os comentários, Deputado Reni Pereira, até porque o Deputado Pedro Ivo, do nosso partido, tinha um assunto de extrema importância que era a redução do ICMS do leite, eu uso a tribuna neste nosso Pequeno Expediente que estamos fazendo da Sessão de amanhã.

Na manhã de hoje, me chamou a atenção, Deputado Cheida, V. Exa. que presidiu a nossa Audiência Pública, uma situação específica. Eu fiz alusão a ela e vou, novamente, me referir à situação que diz respeito à possibilidade de licenciamento de aterros sem que sejam necessários os estudos de impacto ambiental e o relatório de impacto do meio ambiente. Achei surpreendente a informação que foi dada. A maioria dos Deputados, provavelmente também não tinha essa informação. O que temos hoje? Temos uma sustentação de que até 80 toneladas, Deputado Belinati, qualquer Município pode ter uma área para dejetos, uma área para ser despejado todo o lixo da Cidade, da região, sem que precise passar necessariamente por um EIA-RIMA, por uma Audiência Pública.

Ora, primeiro me surpreendeu, depois mais ainda ao sabermos que Itaperuçu foi autorizado. Posteriormente, a representante do IAP falou que estava em discussão, porque pode ser que aquela autorização possa ser cassada. No entanto, o que mais me surpreendeu foi a informação que chegou até nós de que, em 2006, o IAP cassou uma autorização que havia sido dada para um aterro por esse aterro estar sobre o Karst. E onde era esse aterro dessa autorização? Itaperuçu. Ou seja, em 2006, o IAP entendeu que não poderia haver aterro em Itaperuçu, porque é área de Karst, agora, em 2009, surpreendentemente, o mesmo IAP, há dois quilômetros daquela área que ele havia cassado, vem e dá a autorização. Ora, alguma coisa está errada no IAP.

Deputado Stephanes, coloquei que temos uma série de afirmações que foram feitas aqui e que, obviamente, precisamos, antes de qualquer coisa, confirmar. O Deputado Cheida, inclusive, fará todo encaminhamento. Foi essa já a sua manifestação. Encaminhamento ao Presidente do IAP, ao Secretário do Meio Ambiente, porque afirmei e torno a afirmar que se as informações que foram trazidas de que, por exemplo, no Caximba o licenciamento que está

sendo feito está baseado - Deputado Strapasson, que é da região, e Deputado Stephanes que é de Curitiba - em fotos de dois anos anteriores, de dois anos atrás, em fotos onde não constava inclusive loteamento, é extremamente grave.

Estamos falando só da questão de licenciamento ambiental, além de outras que estão vinculadas a postos de gasolina e outros temas que não foram abordados hoje aqui. Por exemplo, a questão lá da Usina de Mauá que sabemos e, na semana que vem, Deputado Cheida, queremos voltar a este tema, porque quero discutir aqui um acidente que ocorreu, nesta semana que passou, na Usina de Mauá.

Então, se essas informações forem de fato verdadeiras, fico extremamente preocupado e falei que tudo o que ouvimos hoje, nos conduz obrigatoriamente a pelo menos sinalizar com a possibilidade, inclusive, se não formos atendidos na plenitude das informações, de buscarmos por meio de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, uma CPI, sabermos qual é a situação real do IAP e quais são as situações de licenciamento no Estado do Paraná, hoje. Não só o licenciamento que está sendo feito para Itaperuçu, mas o processo do Caximba, de Mandirituba, da Fazenda Rio Grande, de Ponta Grossa que, aliás, foi contraditado aqui, Deputado Cheida, muito bem feito pela representante do IAP, mas foi contraditado de uma forma que, como V. Exa. falou, fica um discurso de surdos, porque veio aqui um professor dizendo que a pior área para ser feito o aterro de Ponta Grossa era a área escolhida. Depois, posteriormente, a representante do IAP informou que não, que os geólogos do IAP, dois geólogos...

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Porque o que me parece, Deputado Cheida, é que hoje tratamos de um assunto extremamente grave e sem que tivéssemos, talvez, conhecimento da plenitude do que isso significa, acabamos sendo surpreendidos com algumas informações que são preocupantes. Quando se diz aqui que o Aterro do Caximba foi feito de uma forma até a levar, com o tempo, que tenhamos uma situação de calamidade pública e que essa situação obrigará o IAP a licenciar uma vala para receber todo o lixo do consórcio de Curitiba e da Região Metropolitana, vejam os senhores que cerca de 2 mil toneladas ou 2 mil e 300 toneladas. Quando temos aqui também a informação que duas ou três empresas, a Cavo e a Estre, estão buscando licenciamento em quase todos os outros aterros da Região Metropolitana e também no interior do Estado, inclusive aterros estão sendo destinados para dejetos ou produtos, despejo de produtos hospitalares.

É óbvio que é preciso que tenhamos mais do que a presença, aqui, do Secretário e também do Diretor do IAP, como veio já há poucos dias atrás o Sr. Burko, mas

que tenhamos um tempo maior para fazer esse debate. É importante que venha representante, que veio aqui com muita fineza, fez todo o debate e não se furtou a nenhuma resposta dentro do tempo que era possível. Mas também sabemos que é muito difícil fazer aquele debate com algum tipo de aprofundamento. Talvez tenhamos que fazer, ou não Comissão de Assuntos Metropolitanos ou na Comissão de meio Ambiente, mas talvez tenhamos que fazer uma Sessão específica com o IAP e com a Sema, para sabermos, com todas as letras, o que de fato está acontecendo, porque fiquei muito surpreso, hoje, quando soube que esses aterros que estão previstos, por exemplo, Balsa Nova, Fazenda Rio Grande, Ponta Grossa, Itaperuçu, são aterros para 3 mil toneladas, não são aterros pequenos. Embora Itaperuçu esteja sendo licenciado para 80, foi dito aqui, não sei se é isso exatamente que corresponde, mais são aterros.

Deputado Jocelito Canto, o aterro de Ponta Grossa é para 3 mil toneladas. É muito mais do que Ponta Grossa produz, muitíssimo mais. O aterro de Balsa Nova é para 3 mil toneladas, é muito mais, é para 400 anos. Ora, ninguém vai licenciar um aterro para 200, 300 anos, sabendo que não vai utilizá-lo. Eu penso, pelo menos do ponto de vista empresarial, é improvável que alguém invista milhões de reais em um aterro pensando num aterro para 30, 40 toneladas, quando a sua capacidade diária é para 3 mil.

Então, me preocupa que tenhamos iniciado esse debate de uma forma que seria apenas do Caximba, Deputado Cheida, mas que hoje o problema se mostrou muito mais complexo, vai além da questão ambiental, além da questão da educação ambiental, vai além da questão da reciclagem. E aqui precisamos saber, o IAP hoje está certamente também buscando uma resposta para as questões dos postos de gasolina que estão sendo, para as suas adequações, e foi dito pelo Ministério Público, aqui, está sendo um prazo de cinco anos, quando outros Municípios estão dando cerca de seis meses.

A Usina de Mauá, que sofreu recentemente, essas informações queremos confirmar, mas sofreu recentemente, por conta das chuvas, um problema com a sua barragem, também queremos confirmar aqui, semana que vem, para trazermos para este plenário. E se isso for verdade, é preciso que se ouça não só o consórcio, mas a empresa que está lá construindo, até porque o Deputado Reni tem um parecer sobre a Usina de Mauá, que deverá ser apreciado na próxima terça-feira.

Então, o assunto que tratamos hoje, e já havíamos feito uma Audiência Pública anteriormente, é extremamente grave, porque parece que V. Exa. mexeu num formigueiro e esse formigueiro tende a ficar cada vez mais alvoroçado.

Então, para que isso não crie prejuízos para a população, temos que ter essa história bem contadinha e bem direitinha, porque alguma coisa hoje ficou ainda por contar.

O Sr. Edson Strapasson (PMDB)

Deputado Tadeu Veneri, conversávamos há pouco com o Presidente da Comissão de Meio Ambiente em relação a essa questão de Itaperuçu, que nos causou bastante estranheza na medida que inicialmente, na sua fala, a representante do IAP, Dra. Ana Cecília, falou que havia sido negado e que não havia a mínima condição de se autorizar esse aterro em Itaperuçu. Posteriormente, pelo Ministério Público, falou-se que já havia sido determinado, ou já havia sido dada por parte do IAP uma licença prévia e licença de instalação, e que a obra já estava em andamento, com máquinas trabalhando. E nos causou mais estranheza ainda quando consultei o Presidente da MINEROPAR e ele me falou que jamais havia recebido qualquer solicitação do IAP para instalação desse aterro sanitário. O que é um absurdo, porque é justamente quem diz se aquela área pode ou não pode. A primeira análise de qualquer órgão ambiental é saber qual é a formação geológica. Em se tratando de Karst, ou seja, de manancial subterrâneo, tendo em vista o tipo peculiar e o nível de composição do solo, a fragilidade do Karst com certeza exige um aprofundamento maior. Portanto, precisamos aprofundar esta questão desta liberação por parte do IAP, principalmente porque é uma área de manancial. Tenho certeza que o Deputado Cheida fará o encaminhamento por parte da Comissão à MINEROPAR, ao IAP, das solicitações de informações necessárias para que possamos fazer uma análise mais apurada dessa questão.

A Sra. Rosane Ferreira (PV)

A Audiência Pública hoje foi de grande valia, começou por volta das 9h30 e terminou por volta das 13h30. A sua presença e participação foi fundamental. Na realidade a Audiência encerrou, na verdade os trabalhos da comissão começaram às 13h30. São muitas diligências que teremos que fazer para esclarecer os fatos. Mas uma questão que quero registrar e lamentar é a seguinte: as pessoas que fizeram as colocações, as pessoas que trouxeram supostas denúncias, quando o Deputado Cheida retornou a palavra à Representante do IAP, ao Representante do SINPAR, ao pessoal que estava ali, eles já não estavam. Quer dizer, chegam na Audiência Pública, levantam as situações, mas não ouvem as respostas. Na verdade isso é muito ruim. Era interessante que tivessem permanecido na Audiência, ouvido as explicações por parte do IAP, até para quem sabe fazer uma réplica, questionar. Isso enriqueceria ainda mais a nossa Audiência hoje.

De qualquer forma, Deputado Tadeu, temos que trabalhar juntos para auxiliar na busca de uma solução urgente. Daqui a pouco vamos virar uma Itália, acordando com o lixo em frente às nossas casas: ou quem sabe uma Inglaterra, pondo lixo em contêiner e exportando para outros Países. Alguma coisa, com absoluta certeza, temos que fazer.

Quero parabenizar o Deputado Cheida pela forma como conduziu os trabalhos nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Boa parte das pessoas que vieram e que se retiraram, quero registrar assim: Bebeto de Itaperuçu, que fez questionamento a respeito do Karst, ele falou qual é o decreto; o Ademir, que foi a pessoa que disse que havia negado e depois autorizado; o Sr. Jadir, da Associação dos Moradores do Caximba; o professor Mário Sérgio, de Ponta Grossa; todos eles ficaram até o final. Todos eles. Quem não ficou foi o Sr. Moreli, que fez os seus questionamentos e foi embora. Nós lamentamos.

Há pouco não aprovamos um requerimento, justamente por essa razão, porque fez os questionamentos, mas na hora de ouvir, por alguma razão, foi embora.

Mas alguns trouxeram, no meu entendimento, os questionamentos mais graves, todos permaneceram aqui e, sem dúvida nenhuma, é a eles que devemos dar uma resposta.

Quero, mais uma vez, parabenizar o Deputado Cheida, e dizer que a minha preocupação volta a ser esta: ou o IAP nos responde, com todas as letras, o que está acontecendo com o licenciamento ambiental no Paraná, todos eles, inclusive aqueles que estão longe daqui, como é o caso lá de Itambé, a possibilidade de licenciamento para resíduos hospitalares, que receberia do Estado todo, ou teremos que encontrar outro caminho, sem descartar inclusive a possibilidade de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Durval Amaral)

Com a palavra o Professor Lemos.

Deputado Professor Lemos (PT)

O SR. PROFESSOR LEMOS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, telespectadores, meus companheiros lá de Cascavel, eu que sou professor lá do Colégio Cataratas, com muita honra recebemos os senhores aqui nesta Sessão.

Hoje estamos aqui, nesta tribuna, para homenagear os professores do nosso Estado, do nosso País, que amanhã é o dia 15 de outubro, dedicado aos professores, aos educadores.

No dia de amanhã, no Estado do Paraná, não teremos festividades e sim um dia de muita luta. Logo de manhã, às 9h, chegarão em Curitiba, dos 29 núcleos da APP-Sindicato, caravanas. A concentração será lá no Palácio das Araucárias, o Governo evidentemente receberá a direção da APP, direção que faço parte.

À tarde, às 14h, reforço o convite à todos os Deputados e Deputadas, à imprensa e à todos os servidores públicos, vamos fazer um debate aqui, numa Audiência Pública, tratando da saúde dos servidores do Estado do Paraná, e na Educação a Saúde também precisa de reparos, não vai bem. De modo que amanhã é um dia muito importante para a nossa categoria.

Por isso já escreveu Bertold Brecht, quando se referia aos professores: “Se não morre quem planta uma árvore, se não morre quem escreve um livro, com mais razão não morrerá o professor, porque planta a vida semeando na alma.”

Parabéns, professores e professoras do Estado do Paraná.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI (**Pela Ordem**)

Em nome do Partido Progressista me pede aqui o nosso Líder, Duílio Genari, a grande liderança do Paraná, Deputada Cida Borghetti, e o Deputado Ney Leprevost, para que registremos também. Tem muitos professores acompanhando nosso trabalho pela Rede MERCOSUL de Televisão e também pela TV SINAL.

Pedimos desculpas, porque hoje tem poucos Deputados aqui, mas é aquela história: “ninguém é de ferro”, afinal de contas teve Sessão na semana passada, depois não tivemos Sessão quinta, sexta, sábado e domingo, segunda porque era feriado e tivemos Sessão ontem, aí o pessoal está descansando para voltar aqui bem rejuvenescido.

V. Exa. é um expert de urna porque trabalha pelo povo, mas quem não aparece para trabalhar não merece ser eleito, não.

Tem gente que gasta um dinheirão para ser eleito e depois fica reclamando da vida. É obrigação do Parlamentar estar aqui, trazer projetos, apoiar ou criticar o Governo.

Lamentarmos a pouca presença de Parlamentares hoje, expressando, em nome dos funcionários da Assembleia, aquela tal da URV. Tem funcionário que não sabe mais quem procurar, de tão esforçado que está com os agiotas, com as finanças. Pagam a URV para o Tribunal de Justiça, Ministério Público, e aqui na Casa nada de URV.

Mas o registro, em nome do nosso Líder Duílio Genari, da Cida Borghetti e do Ney Leprevost, é o dia dos nossos queridos professores.

É tão bonita a história do educador, tem criança e adolescente, até jovem que se apegam mais com o professor e com a professora, do que com o seu próprio pai ou sua própria mãe.

Tem aluno que até se apaixona pela professora, faz parte. O professor é um ombro amigo. Nós lamentamos aqui no nosso Brasil, o educador, de um modo geral, o salário que continua recebendo não é compatível com o desgaste que um professor tem numa sala de aula.

Tem aluno bom, mas tem uns capetinhas que infernizam a vida do professor e ele chega em casa e tem que tomar calmante para dormir. Tem professor que se desgasta, lembrando que professor não trabalha só quando está na sala de aula, ele tem que preparar aula, tem que corrigir tarefa, prova, às vezes um professor se transforma num conselheiro para resolver um problema de

ordem familiar que o aluno está enfrentando. Tem escola que está precisando colocar Polícia para garantir as aulas. Tem aluno que não está a fim de estudar e está indo de revólver para a escola, como em Cascavel, que há pouco tempo tivemos um caso do aluno de 16 anos, que levou o revólver e depois alegou que atirou acidentalmente e matou a colega de 14 anos.

Então, a missão do professor é uma missão nobre.

Que Deus abençoe nossas educadoras e educadores, que Deus dê o descanso às professoras e aos professores que já nos deixaram. Nossa homenagem e nossa gratidão a todos os educadores. E a expectativa de que possa chegar um 15 de outubro em que as professoras e os professores efetivamente possam agradecer o Governo, agradecer a nós, Deputados, por leis sensíveis e humanas, que dê a esta categoria tão importante aquele salário digno que são merecedores, porque infelizmente, hoje, a professora, o professor, o nosso educador, o salário que percebem não é compatível, não é digno da grande missão que está depositada nos ombros dos nossos educadores.

Parabéns, mestres do Paraná inteiro. Que Deus derrame chuva de bênçãos na vida de cada educadora e de cada educador. E a certeza de que estaremos aqui na Bancada do Partido Progressista, sempre, para dar integral apoio a todas as justas causas dos nossos professores!

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Durval Amaral**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 308/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 048/09, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Mandaguari. **Aprovada. (Publ. no DA nº 067/09, de 22/06/09, em Mensagens).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 327/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 051/09, que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Guaratuba. **Aprovada. (Publ. no DA nº 071/09, de 29/06/09, em Mensagens).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 465/09, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade pública a Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária - Núcleo de Cascavel, com sede e foro no Município de Cascavel. **Aprovada. (Publ. no DA nº 104/09, de 09/09/09, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão**ITEM 04**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 487/09, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que declara de utilidade pública o Instituto Vida - Desenvolvimento Humano Integral e Inclusão Social de Curitiba, com sede e foro na Cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

2ª Discussão**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 508/09, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Cerro Azul - APRACA, com sede no Município de Lindoeste e foro no Município de Cascavel. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 509/09, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de utilidade pública a Comunidade Terapêutica - Missão Shalon, com sede e foro no Município de Piraquara. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 518/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que declara de utilidade pública o Instituto AMA - Associação Mantenedora de Apoio a Criança de Risco de Câncer, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão**ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 514/09, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que declara de utilidade pública a ALUÁ - Organização para o Desenvolvimento da Cultura, Arte e História Afrobrasileira e Africana, com sede e foro em Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDAS DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 113/09, de 28/09/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 514/09

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que declara de utilidade pública a ALUÁ - Organização para o Desenvolvimento da Cultura, Arte e História Afrobrasileira e Africana, com sede e foro no Município de Londrina, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise. Na forma das emendas anexas.

Sala das Comissões, em 06/10/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 514/09

Atendendo o disposto no artigo 137 do regimento interno desta Casa, corrigimos o Projeto de Lei Ordinária nº 514/09, que passa a ter a sua súmula com seguinte redação:

Súmula: declara de utilidade pública a ALUÁ - Arte Afro - Brasil - Organização para o Desenvolvimento da Cultura, Arte e História Afrobrasileira e Africana, com sede e foro no Município de Londrina, Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 06/10/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 514/09

Com fulcro no que autoriza os artigos 137, parágrafo 1º e 141, II, fica suprimida a redação dos artigos 2º do Projeto de Lei nº 514/09, e o artigo 2º, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 06/10/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 517/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que declara de utilidade pública o Templo Espiritualista Vovó Cambinda, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 113/09, de 28/09/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 517/09

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que declara de utilidade pública o Templo Espiritualista Vovó Cambinda, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 06/10/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Encerramento da Sessão:**O SR. PRESIDENTE (Durval Amaral)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 5046, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, com apoio dos Deputados Waldyr Pugliesi, Luiz Claudio Romanelli, Chico Noroeste e demais Deputados, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para dia 19, segunda-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 365 e 481/09.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 514 e 517/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 371, 519, 520 e 525/09.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Comissão de Constituição e Justiça****Extrato**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

OFÍCIO Nº 066/09

Curitiba, em 13/10/09.

Senhor Diretor:

Considerando o quanto disposto na Constituição Federal de 1988, em especial no que concerne aos princípios da publicidade e devido processo legal e ainda o disposto no artigo 5º, XIV e no artigo 37, vem a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tornar público, através desse Diário Oficial do Poder Legislativo Estadual, o Extrato contendo em suma o resultado da reunião realizada em 13/10/09, para os fins previstos no artigo 33, parágrafo 2º do Regimento Interno desta Casa de Leis, a saber, interposição de recursos aos pareceres apresentados nessa Comissão Permanente, que se seguiram na seguinte forma:

- * Projeto de Lei nº 309/09 - Parecer contrário.
- * Projeto de Lei nº 358/09 - Parecer contrário.
- * Projeto de Lei nº 396/09 - Parecer favorável.
- * Projeto de Lei nº 435/09 - Parecer contrário.
- * Projeto de Lei nº 448/09 - Parecer favorável.
- * Projeto de Lei nº 450/09 - Parecer contrário.
- * Projeto de Lei nº 471/09 - Parecer favorável.
- * Projeto de Lei nº 475/09 - Parecer contrário.
- * Projeto de Lei nº 476/09 - Parecer contrário.
- * Projeto de Lei nº 477/09 - Parecer favorável.
- * Projeto de Lei nº 486/09 - Parecer contrário.
- * Projeto de Lei nº 491/09 - Parecer contrário.
- * Projeto de Lei nº 498/09 - Parecer contrário.
- * Projeto de Lei nº 500/09 - Parecer favorável.
- * Projeto de Lei nº 506/09 - Parecer contrário.
- * Projeto de Lei nº 537/09 - Parecer favorável.
- * Projeto de Lei nº 538/09 - Parecer favorável.
- * Projeto de Lei nº 554/09 - Parecer favorável.
- * Proposição Veto nº 061/09 - Parecer favorável.
- * Proposição Veto nº 062/09 - Parecer favorável.

(a) DURVAL AMARAL - Presidente